

ENTREVISTA

Prefeito eleito de Fortaleza promete consolidar parcerias com a UFC

MÍDIA

Brasil ainda patina no debate das relações entre consumo e infância

EXTENSÃO

Cultivo de plantas cactáceas incrementa renda de famílias no Interior cearense

univer
sidade

PÚBLICA

NOV_DEZ/2012

ano 12. nº70

POR UMA VIDA MAIS AUTÔNOMA

Falta de flexibilidade no orçamento e vínculo à burocrática lei de licitações são entraves de um mito que persiste: a autonomia universitária



*Ser independente
é estar sempre
pronto para o que
der e vier.*



Curta nossa fanpage
nas redes sociais,
participe das promoções
e fique por dentro do
que está acontecendo.

 @eufacoacontecer

 /eufacoacontecer



BOMPRATODOS



Acreditamos
que a **educação**
é o caminho mais
seguro para
a promoção do
crescimento social.

É por isso que as nossas atividades estão sempre em sintonia com as ações da maior e melhor instituição de ensino superior do Ceará, a UFC. Participe dos nossos programas de qualificação, profissionalização e especialização.



FCPCS

Conexão direta entre Pesquisador e Universidade

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura apoia, há 34 anos, projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura na Universidade Federal do Ceará, valorizando o saber e preparando estudantes e profissionais para o futuro.

www.fcpc.ufc.br



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



FCPC

Reitor

Prof. Jesualdo Pereira Farias
Vice-Reitor
Prof. Henry Campos

Reitoria

Av. da Universidade, 2853
60020-181 - Fortaleza - CE
Fone: (85) 3366.7300
Internet: www.ufc.br
E-mail: reitor@ufc.br

**Coord. de Comunicação Social
e Marketing Institucional**

Nonato Lima
Fone: (85) 3366.7319
E-mail: ufcinforma@ufc.br

Assessor de Comunicação Institucional

Italo Gurgel
Fone/Fax: (85) 3366.7328

Revista Universidade Pública

Av. da Universidade, 2853
Benfica - Fortaleza - Ceará
CEP: 60020-181
Fone: (85) 3366.7319
publica@ufc.br

Editor

Gustavo Colares - CE1861JP

Reportagens

Beatriz Jucá - CE2601JP
Cristiane Pimentel - CE1863JP
Gustavo Colares - CE1861JP
Lorena Alves - CE2853JP

Estagiário de Jornalismo

Fernando Wisse

Fotos

Davi Pinheiro - CE2776RF
Júnior Panela - CE0100RF
Igor Grazianno

Projeto Gráfico

Yuri Leonardo

Diagramação e Ilustrações

Mônica Pio e Yuri Leonardo

Mídia

Camila Miranda

Revisão

Sílvia Marta Costa e C. Daniel Andrade

Tiragem

7.500 exemplares

Periodicidade

Bimestral

CTP e impressão

Expressão Gráfica

EDITORIAL

Mito que persiste



Quando obras públicas atrasam, chovem críticas à competência do administrador. Mas, não raro, percalços genuínos da burocracia de uma licitação têm impedido gestores de oferecer bons serviços à população. E, quando o problema acontece numa instituição federal de Ensino Superior, não perdem apenas docentes e estudantes, mas a própria sociedade como um todo, por esperar ainda mais pelo desenvolvimento de pesquisas e soluções capazes de amenizar problemas do cotidiano. Por trás disso também está um mito que persiste: a (falta de) autonomia universitária.

A reportagem de capa desta edição, de Lorena Alves, mostra como esse tema interessa a todos da comunidade universitária – e até fora dela. Se a conclusão de uma obra se arrasta, o ensino e a pesquisa ficam prejudicados. Quando há o impedimento da contratação de novos servidores técnico-administrativos do complexo hospitalar, perde a população, que deixa de receber atendimento mais célere e digno. Apesar de avanços, que o leitor confere a partir da página 22, a autonomia universitária ainda sofre pela falta de vontade política e carece de um olhar mais atencioso.

Nossa entrevista principal é com o Prefeito eleito de Fortaleza, Roberto Cláudio, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Médico formado pela UFC, ele assume o Executivo Municipal em 1º de janeiro de 2013 com a promessa de estreitar relações com a Universidade.

Também nesta edição, matéria de Cristiane Pimentel mostra como a UFC, através do projeto Tejuactus, mudou a vida de famílias pobres da comunidade Riacho das Pedras, no município de Tejuçuoca, no interior cearense. Cultivando plantas cactáceas e leguminosas ornamentais, os moradores incrementam a renda através da produção de miniaturas que reproduzem o ambiente local.

Já reportagem de Beatriz Jucá, a partir da página 30, discute as relações entre infância e consumo. Sem política regulatória definida, o Brasil ainda patina no tema. De um lado, pais e movimentos da sociedade civil argumentam sobre os impactos que a publicidade tem causado na formação socioeducativa das crianças. Do outro, o mercado e seus interesses, uma força financeira poderosa.

“Gênero em processo de configuração”, como afirma o Prof. Ronaldo Salgado, do Curso de Jornalismo da UFC, o livro-reportagem também é tema de matéria da UP 70. Desde 2010, os alunos podem elaborar um trabalho prático de livro-reportagem para concluir aquela graduação. O balanço de lá para cá são obras de fôlego e bom jornalismo que evidenciam distintas facetas do Ceará.

Esta é a última edição de 2012. Certos de nossa contribuição em divulgar a pesquisa cearense, desejamos que o próximo ano seja pleno de avanços para a produção científica e acadêmica da UFC. A equipe de UP deseja a todos um feliz Natal e um próspero 2013!

Boa leitura e até a próxima!

Gustavo Colares

EDITOR UP
gustavo@ufc.br

Na Pesquisa Ilustrada desta edição, apresentamos o trabalho do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), que publicou, em novembro, os resultados da pesquisa “Extrema pobreza e capacidade fiscal: o FPE em discussão”, sobre o Fundo de Participação dos Estados, criado em 1965 para distribuir parte da arrecadação federal entre os estados brasileiros e promover equilíbrio socioeconômico entre as unidades federativas. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFC, o Laboratório simulou as possibilidades de impacto financeiro no orçamento cearense a partir dos projetos sobre o FPE que estão em tramitação no Congresso Nacional.

Na Sciencia da UP 70, o Prof. Antonio Gomes, do Departamento de Física da UFC, fala sobre a descoberta do bóson de Higgs, um dos maiores experimentos já projetados e executados pelo homem para comprovar as previsões do chamado modelo padrão, considerada a mais completa teoria já elaborada pela Física. Apesar de não oferecer impacto em nossos problemas do dia a dia, a novidade responde parte da curiosidade que temos em desvendar os mistérios do universo e suas leis. O bóson de Higgs é a peça de um quebra-cabeça que faltava.

Entre em contato conosco!
E-mail: publica@ufc.br
Twitter: @publicaufc

NOSSA CAPA

Foto: Davi Pinheiro



CAPA



O MITO DA AUTONOMIA

Falta de flexibilidade no orçamento e atraso na entrega de obras são impasses de universidades que crescem e não podem decidir o próprio destino por completo

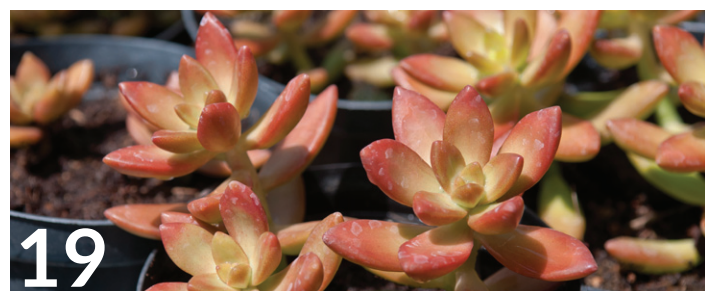
CONSUMISMO INFANTIL



DE OLHO NA TV

Sem política regulatória definida, relações entre infância e consumo opõem pais, pesquisadores, sociedade civil e mercado publicitário

GERAÇÃO DE RENDA



OÁSIS NO SERTÃO

Projeto incrementa renda de moradores do município de Tejuçuoca através do cultivo de plantas cactáceas

7

ENTREVISTA

ROBERTO CLÁUDIO

Médico formado pela UFC, o novo Prefeito de Fortaleza promete buscar projetos e iniciativas da Instituição para sanar problemas críticos da cidade

12

PANORÂMICA

Novo Portal da UFC dinamiza a produção científica da Instituição. Universidades ganharão laboratórios de nanotecnologia com recursos do MCTI

16

JORNALISMO LITERÁRIO

UM GÊNERO A SER DESVENDADO

Selo editorial publica livros-reportagem produzidos por estudantes da UFC que revelam diferentes facetas da cidade de Fortaleza

29

PESQUISA ILUSTRADA

Laboratório de Estudos da Pobreza simula possibilidades de impacto financeiro no orçamento cearense a partir de projetos em tramitação no Congresso Nacional

34

CULTURA

MOMENTO DE AVALIAÇÃO

Após cinco edições, Festival UFC de Cultura expande seu legado para além das atividades de arte e conhecimento

38

SCIENCIA

Reflexões sobre a descoberta do bóson de Higgs, considerado peça-chave em pesquisas que tentam desvendar os mistérios do universo e suas leis

[PARCERIA]

Prefeitura vai procurar a UFC

Apoiado por mais de 20 partidos políticos no segundo turno das eleições municipais, o prefeito eleito de Fortaleza, Roberto Cláudio (Partido Socialista Brasileiro – PSB), parece estar pronto para deixar suas digitais na gestão municipal a partir de 1º de janeiro de 2013. Médico formado pela Universidade Federal do Ceará, ele adianta, nesta entrevista realizada na manhã de 16 de novembro, parcerias e projetos que pretende firmar com a Instituição. Entre as informações cedidas em primeira mão à UP, Roberto Cláudio promete criar a Coordenadoria Especial de Ciência, Tecnologia e Qualificação Profissional, que deverá demandar pessoal técnico das universidades do Estado.

Nos planos do próximo prefeito de Fortaleza, também entram o Complexo Hospitalar da UFC, as pesquisas em Engenharia de Trânsito e uma conversa, logo nos primeiros 100 dias de gestão, com o Reitor Jesualdo Farias. No Porangabuçu, Roberto Cláudio faz planos para regularizar a ocupação indevida do espaço público, além de vislumbrar o Distrito da Saúde, que, através de incentivos fiscais, buscará atrair equipamentos de atendimento à saúde para aquela região. Possível parceria entre esse distrito e a UFC poderá culminar na reabertura dos leitos de emergência do Hospital Universitário Walter Cantídio.

Na Cultura, o prefeito eleito afirma, nas páginas a seguir, que duplicará o orçamento da pasta. Reconhecendo as ações empreendidas pela UFC na requalificação do chamado Polo Cultural do Benfica, Roberto Cláudio reafirma a parceria entre o Instituto de Cultura e Arte da Instituição e a Vila das Artes, equipamento municipal que, segundo ele, será concluído e mantido quando estiver à frente da Prefeitura de Fortaleza.

Na seara política, sempre com discurso conciliador, ele fala da declarada oposição que encontrará na Câmara Municipal de Fortaleza, a ser comandada pela bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), e responde a críticas feitas, durante a corrida eleitoral, de que a Prefeitura de Fortaleza se tornará uma espécie de secretaria do Governo do Estado. Eventuais conflitos entre Prefeito e Governador, avisa, não serão resolvidos pela imprensa.



UP – Atualmente, a UFC tem mais de 800 projetos de extensão, que atendem a mais de um milhão de pessoas. Pensando nesse potencial que a Instituição tem a oferecer à sociedade, como o senhor pensa uma possível parceria entre a UFC e o Executivo municipal?

RC – Tenho pela Universidade uma relação de muito respeito e admiração pelo papel que a UFC exerceu e exerce no Ceará ao longo dos anos. Julgo que o papel do Prefeito da cidade de Fortaleza é governar ouvindo a cidade, ouvindo a inteligência da cidade. E creio que, nas mais diversas ações nossas de infraestrutura, saúde, assistência social, educação, é fundamental que a gente construa uma relação de parceria com a Universidade. Quero sentar com o Reitor Jesualdo Farias, conhecer todos os projetos, saber como podemos trabalhar juntos para fortalecer os projetos da Universidade. E o que é mais importante: também atender melhor à população de Fortaleza. Costumo dizer que as soluções para os grandes problemas não precisam ser reinventadas, elas muitas vezes já existem. São produtos de pesquisas realizadas na Universidade; o nosso papel é buscar um diálogo com a UFC, buscar as soluções que já existem para implementá-las. Um exemplo é a questão do trânsito. Temos um grave problema de mobilidade urbana em Fortaleza e temos no Ceará um dos mais qualificados grupos de pesquisa de Engenharia do Trânsito. Quero buscar um diálogo com os pesquisadores e professores dessa área para buscarmos soluções aqui dentro do Ceará, dentro da cidade, para os nossos próprios problemas.

UP – A UFC possui o Laboratório de Mecânica dos Pavimentos. E a qualidade do asfalto é um problema recorrente da cidade, que influencia em outros aspectos, como acidentes de trânsito, custos no sistema municipal de saúde. O senhor conhece esse laboratório? Já pensou em fazer uma articulação maior entre ele e a Prefeitura?

RC – Sem dúvida. E conheço outras ações do Centro de Tecnologia, como o Escritório de Tecnologia Social, que tem um papel muito importante de apoio aos projetos de habitação popular. Conheço também o laboratório de pavimentação e, certamente, buscaremos o diálogo para conhecer essa tecnologia e saber da viabilidade

Roberto Cláudio se formou em Medicina pela UFC em 1999. No ano seguinte, embarcou para os Estados Unidos, onde fez mestrado e doutorado em Saúde Pública, na Universidade do Arizona. Sua tese abordou os benefícios do Programa Saúde da Família (PSF), que, atualmente, atende a crianças e mulheres de mais de 1.000 municípios brasileiros.



O Laboratório de Mecânica dos Pavimentos, do Departamento de Engenharia de Transportes da UFC, tem o objetivo de fornecer base sólida de conhecimento na análise estrutural dos pavimentos e na caracterização e desenvolvimento de materiais de pavimentação. Faz parte da Rede Asfalto N-NE, composta de 10 universidades em nove estados, com atuação em conjunto com o Centro de Excelência em Asfalto da Petrobras. Conheça em is.gd/YtTc1K.

O Escritório de Tecnologia Social (ETeCS) da UFC presta assistência técnica em serviços de construção, reforma e ampliação de habitação a famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Saiba mais sobre esse projeto de extensão em matéria publicada na UP 68: is.gd/fxe85S.

de de implementá-la em Fortaleza para garantir asfalto mais barato e de maior durabilidade para o povo. São parcerias como essa, buscar o conhecimento que já existe na academia e implementá-lo na cidade. Quero, tão logo assumo a Prefeitura, fazer uma visita na condição de Prefeito a algumas instituições. Certamente as universidades cearenses estão no *hall* dessas instituições importantes, e quero, ainda nos primeiros 100 dias da nossa gestão, fazer uma visita junto com a minha equipe à Universidade Federal do Ceará, discutir e conhecer todos os projetos de extensão, algumas ações de projetos de pesquisa do interesse da cidade, levar a nossa equipe e saber como a gente pode construir essa parceria pelo desenvolvimento mais justo, mais solidário, mais sustentável de Fortaleza.

UP – Alguns problemas da UFC estão relacionados à atuação da Prefeitura de Fortaleza. Um deles está no entorno do Campus do Porangabuçu, com ocupações irregulares de vendedores ambulantes, por exemplo.

RC – Nada se faz em Fortaleza pela força da imposição. O Prefeito tem de resolver esse problema da organização das vias públicas pelo canal do diálogo, sentando com todas as partes. Será assim no Porangabuçu, no Centro da cidade e sempre que houver algum problema de ocupação do espaço público pela população. Sempre tendo a sensibilidade de compre-

ender que, muitas vezes, são homens e mulheres trabalhando, buscando sua autonomia de forma digna. Para o Porangabuçu, especificamente, temos a ideia de criar o Distrito da Saúde. No entorno do bairro Rodolfo Teófilo, estimular a ocupação daqueles espaços por estabelecimentos de saúde, para prestação de exames, consultas, novos hospitais, garantir que aquela área seja um grande polo de assistência à saúde para a população de Fortaleza, estimulando redução de tributos para aquela área, organizando a infraestrutura do Rodolfo Teófilo e do Porangabuçu.

UP – Há uma crítica de que a Prefeitura e o Governo do Estado poderiam contribuir financeiramente para a manutenção do Complexo Hospitalar da UFC, visto que ele se insere nos sistemas municipal e estadual de saúde. Como, a partir desse Distrito de Saúde, pode haver interação maior entre a Prefeitura e os hospitais universitários?

RC – O Complexo Hospitalar da UFC exerce papel estratégico para a saúde de Fortaleza. Há uma luta antiga do Hospital das Clínicas que é garantir a abertura da sua emergência. Na condição de Prefeito, quero dialogar com o Reitor e o Diretor do Complexo para saber como a Prefeitura pode ajudar na garantia da abertura dessa emergência, pela importância que ela terá ao atendimento da população de Fortaleza. Já



“Quero dialogar para saber como a Prefeitura pode ajudar na garantia da abertura da emergência do Hospital das Clínicas, pela importância que ela terá ao atendimento da população de Fortaleza.”

me coloco à disposição para abrir o diálogo e ajudar no sentido de abrir os leitos de emergência.

UP – Nos últimos anos, a Universidade avançou bastante na área cultural, com a criação de cursos de graduação e requalificando equipamentos do chamado Polo Cultural do Benfica. A UFC, inclusive, é parceira da Vila das Artes, mantida pela Prefeitura. Qual o seu projeto nessa área?

RC – É importante dizer que grande parte dos equipamentos culturais da cidade de Fortaleza é patrocinada ou apoiada pela UFC. Pessoalmente, tenho prioridades para a área cultural. A primeira é gastar mais. A Prefeitura executou apenas 0,54% do orçamento em cultura. Quero, já no primeiro ano, garantir 1% do orçamento gasto na área cultural; é quase duplicar. Ainda é pouco, mas um avanço importante, principalmente através da política de editais, que valorize não apenas manifestações já existentes, mas também a formação. Uma grande tarefa para Fortaleza é uma política ousada para a formação cultural. Quero revitalizar e recuperar equipamentos importan-

tes para a cidade, como o Teatro São José, transformá-lo no Teatro Municipal de Fortaleza. Garantir parceria com o Instituto de Cultura e Arte (ICA), com a Casa Amarela, com o Museu da Universidade, com o Teatro Universitário. A Vila das Artes é um projeto inacabado; foi uma boa ideia, mas queremos terminar e manter essa parceria estreita com o ICA no gerenciamento da Vila das Artes.

UP – Durante a campanha, o senador e ex-candidato Inácio Arruda, em visita à Reitoria, se comprometeu a criar uma Secretaria de Ciência e Inovação. O senhor tem proposta semelhante?

RC – Vou criar algumas coordenações especiais em áreas que, mais na frente, podem se tornar pastas do município. Uma delas é a Coordenadoria Especial de Ciência, Tecnologia e Qualificação Profissional, que terá o papel de estimular a ciência em Fortaleza, aportes tecnológicos e, principalmente, garantir uma política ousada de qualificação profissional. Vai ser uma coordenação especial, porque não existe nada dessa área

O Instituto de Cultura e Arte da UFC foi criado como unidade acadêmica em 26 de junho de 2008. Agrega graduações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Filosofia, Cinema e Audiovisual, Dança, Teatro, Design de Moda e Gastronomia. Entre seus objetivos está o de promover, estimular e produzir pesquisa acadêmica e estudo crítico avançado nos domínios da Arte, Ciência e Filosofia.

Após ter ficado em segundo lugar no primeiro turno, Roberto Cláudio foi eleito Prefeito de Fortaleza, em segundo turno, com 650.607 votos (53,02%), segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elmano de Freitas, do Partido dos Trabalhadores (PT), obteve a segunda colocação com 576.435 votos (46,98%). RC será o 69º prefeito da capital cearense.

ainda na Prefeitura. Será criada imediatamente à reforma administrativa, já na primeira semana.

UP – O senhor foi eleito com apenas 74 mil votos de diferença, uma diferença mínima diante de um eleitorado de 1,6 milhão de pessoas. O que fazer para unificar esta cidade que, pelo menos do ponto de vista eleitoral, está bastante dividida?

RC – A primeira tarefa é construir uma prefeitura que seja efetivamente participativa. Vamos criar instrumentos inovadores de gestão participativa, que depende muito da atitude do próprio prefeito. Além desses instrumentos de gestão participativa, quero, pessoalmente, ter uma relação muito próxima com a cidade de Fortaleza. Vou criar um observatório ligado ao Gabinete da Prefeitura, que será composto apenas de representantes da sociedade civil organizada, não terá agentes públicos da administração municipal; são representantes dos movimentos sociais, sindicatos, empresariado, universitários. Para nos ajudar na execução das ações e no monitoramento da administração pública municipal – será mais um instrumento de controle social.

UP – O senhor fala em gestão participativa, e a atual administração conta com o programa Orçamento Participativo. Esse observatório substituirá o OP? Em que ele complementa ou rompe com esse programa?

RC – O Observatório é mais um instrumento de controle social, na verdade. Será mais um mecanismo de planejamento e monitoramento da administração pública municipal. O OP é outra modalidade de tecnologia social, muito mais para ajudar o dia a dia da administração no planejamento e ordenamento do orçamento público. Infelizmente, o OP nunca funcionou aqui em Fortaleza. Havia um método, a movimentação, mas o que interessa para o OP, que era a execução orçamentária dessas prioridades, não aconteceu a contento. Ele tem uma baixíssima execução orçamentária, e é preciso que possamos aprimorar, avançar, remodelar o OP. Uma das tarefas que dei à equipe de transição foi como fazer realmente ele funcionar; o OP frustrou muito as pessoas que se mobilizaram, participaram e não viram acontecer o que elencaram como prioridade.

UP – Em relação a outras políticas da atual gestão, como Réveillon, Pré-Carnaval e políticas LGBT, o senhor vai mantê-las da forma como acontecem hoje?

RC – A tarefa de um prefeito é consolidar as conquistas, terminar o que foi começado e não acabado e estabelecer o seu modelo de gestão. Farei as três coisas e estabelecerei as minhas prioridades, que a população de Fortaleza delegou a mim, principal-

Em 2006, Roberto Cláudio iniciou a carreira política, sendo eleito deputado estadual com 21.283 votos. Na Assembleia Legislativa, foi vice-líder do primeiro Governo Cid Gomes (2006-2010) e presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Em 2010, foi reeleito com 68.469 votos. No segundo mandato, foi eleito Presidente da Casa pelos demais membros do Legislativo estadual.

mente em relação a planejamento, mobilidade urbana, saúde e educação. As conquistas do Pré-Carnaval, do Réveillon, dos Cucas (Centros Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte), das políticas LGBT serão consolidadas. E queremos avançar nessas áreas também, inclusive com mais ousadia. Um exemplo disso é o Cuca. Falam de Cuca no plural, mas só há hoje um Cuca em Fortaleza, após oito anos. Nossa tarefa é poder garantir funcionamento de, pelo menos, um Cuca em cada regional, funcionando bem, inclusive nos finais de semana, porque hoje há uma deficiência nisso.

UP – Na campanha eleitoral, a oposição bateu muito na tecla de que a prefeitura se tornaria uma secretaria do Governo do Estado, pelo fato de Prefeito e Governador serem do mesmo partido.

RC – Em eleição, é natural que as pessoas queiram transformar em desvantagem o que é vantagem. Qualquer cidadão de Fortaleza tem

conhecimento que um prefeito pode governar muito melhor se ele tiver o apoio administrativo e financeiro do Governo do Estado. Isso quer dizer que o apoio político e administrativo do Governo do Estado na cidade de Fortaleza significa mais oportunidade para fazer mais postos de saúde, UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), policlínicas, escolas em tempo integral e um plano de mobilidade que dê conta de resolver o problema do trânsito em Fortaleza. Vou governar com o apoio do Governo do Estado e parceria do Governo Federal e já estou negociando com os ministros da Presidenta Dilma Rousseff recursos e apoio para não perdermos tempo. Vou ter que correr para implantar o Bilhete Único, por exemplo, para colocar ele para funcionar nos primeiros três meses da administração, nem que seja experimentalmente.

UP – Em 2010, Prefeitura e Governo do Estado divergiram sobre a instalação de um estaleiro na Praia do Ti-

“Vou criar a Coordenadoria Especial de Ciência, Tecnologia e Qualificação Profissional para estimular a ciência em Fortaleza e garantir uma política ousada de qualificação profissional.”



tanzinho. O projeto, inclusive, recebeu críticas de ambientalistas. Como prefeito, qual teria sido a atitude do senhor nesse caso?

RC – Sempre que houver compreensão distinta, resolveremos pelo diálogo. O Governador Cid Gomes é um homem de diálogo, aberto, conciliador. É importante dizer que, ao longo desses oito anos, sempre que a Prefeitura procurou o Governo do Estado para algum tipo de apoio político ou financeiro, recebeu. Faltou foi ousadia, projeto para capitalizar melhor essa oportunidade de apoio político. Não perderei a oportunidade; sempre que tiver incompreensão entre Prefeitura e Governo, não é pela imprensa que se resolve o problema. Não tenho dúvidas que teremos dois anos de muita prosperidade.

UP – O senhor teria concordado com o estaleiro no Titanzinho?

RC – Defendi publicamente o estaleiro porque compreendia que o Estado perderia esse equipamento, como perdeu. E, na época, para poder ganhar o debate público, a Prefeitura ofereceu outro projeto. Porque o estaleiro traria, aproximadamente, dois mil empregos para a população do Titanzinho. Passaram anos, e nada foi feito para aquela região. Eu tenho proposto agora a construção da Cidade do Esporte, aproveitar a área da praia para fazer funcionar grandes eventos

esportivos e criar isenção de impostos para negócios na área de esportes, gerar emprego à população e garantir nova política de urbanização. Naquele momento defendi que ou a gente tinha um estaleiro ali ou perdia.

UP – Na próxima Câmara Municipal, o senhor terá uma oposição declarada de pelo menos quatro vereadores, a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT). Fazia tempo que Fortaleza não tinha uma oposição de bancada dessa forma.

RC – A oposição, quando é feita sem rancor, sem dor de cotovelo, de forma construtiva, é saudável à democracia. O papel de um prefeito é ouvir e acolher as boas críticas e sugestões. Terei toda a atenção em ouvir as críticas bem intencionadas que queiram contribuir com a cidade de Fortaleza, porque é papel da democracia ter parlamentares que sugiram e critiquem.

UP – O Partido Socialista Brasileiro (PSB) está hoje entre as principais forças políticas do país. Como a Prefeitura de Fortaleza, conquistada por seu partido, pode interferir nas eleições de 2014?

RC – Todo partido tem projeto de poder, é importante deixar claro isso. É inegável que o PSB sai muito fortalecido dessas eleições porque fez cinco prefeituras de capitais, algumas capitais grandes, como Fortale-

Fortaleza possui, aproximadamente, 2,4 milhões de habitantes e 1.612.155 eleitores. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 31,7 bilhões, segundo dados de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para 2013, a proposta de orçamento é de R\$ 5,587 bilhões, incremento de 10,5% em relação aos R\$ 5,056 bilhões que, em 2011, foram determinados para o exercício atual.

Declaradamente de oposição a Roberto Cláudio, a bancada do PT eleita para a próxima legislatura da Câmara Municipal será composta pelos vereadores Acrísio Sena, Guilherme Sampaio, Ronivaldo Maia e Deodato Ramalho. No entanto, esse grupo deve ter outros aliados, como o vereador mais votado de toda a história de Fortaleza, o Capitão Wagner, do Partido da República (PR), que teve 43.655 votos.

za, Belo Horizonte e Recife, e já tem seis governadores, além de 443 novos prefeitos eleitos. Mas, para mim, não há nenhuma razão para o PSB deixar de apoiar o projeto vencedor da presidenta Dilma. Temos um Governo Federal que não só avançou nas conquistas sociais iniciadas pelo presidente Lula, como vem estabelecendo marca muito clara de como fazer boa gestão, que não tem permitido desvios de conduta, desvios morais na Administração Pública Federal e produzido resultados econômicos e sociais muito alvissareiros. Defendo com muita contundência que o PSB deva apoiar o projeto de reeleição da presidenta Dilma.

UP – Durante o segundo turno, o senhor agregou propostas de ex-candidatos. Qual papel eles podem ter na sua gestão?

RC – Nenhum partido, para nos apoiar no primeiro ou segundo turno, exigiu cargos. O que houve, na verdade, foi a compreensão, no segundo turno, de que a nossa mensagem incorporava, obviamente não integralmente, parte das mensagens dos sentimentos das candidaturas do primeiro turno, o desejo de renovação. Isso me deu muita gratidão, mas também muita responsabilidade, porque começava aí a tarefa de unir a cidade de Fortaleza. Agora, o que a gente não pode perder de vista é o projeto; tem de estabelecer valores, premissas, compromissos e, obviamente, buscar aqueles que concordam com esse projeto para governar e liderar a cidade pelo caminho da união. Irei buscar perfil de gente séria, competente e com habilidade política para governarmos unindo Fortaleza.

UP – O senhor considera alguns nomes desses partidos para a sua gestão, mesmo os que foram aliados da última gestão?

RC – Claro, a nossa tarefa não é segregar, apartar, dividir. Quem for gente de bem, que queira contribuir com a cidade, que seja sério, competente, certamente será convidado a dar contribuição a esse projeto. Não acho que na política cabe mais espaço para perseguições, caça às bruxas. A tarefa de um governante, passada a eleição, é buscar gente de talento, séria, esteja onde estiver, para contribuir. Buscaremos pessoas que se identifiquem com esse projeto, independentemente de partido ou até fora de partido político. **UP**



Novo portal da UFC dinamiza divulgação científica

É POSSÍVEL ACESSAR A ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO



Foi lançado o novo portal institucional da Universidade Federal do Ceará (www.ufc.br), com design mais moderno e dinâmico, proporcionando facilidade de acesso a informações e serviços. Com design responsivo, que se adapta a diferentes mídias (celulares e tablets) sem perder qualidade de resolução, a novidade também agrega outros sites da UFC. Ao longo dos anos, o portal da Instituição se estabeleceu como elo entre a comunidade universitária e a sociedade, divulgando o que acontece nos campi da UFC, onde são desenvolvidas pesquisas e atividades de extensão.

Agora, é possível acessar a estrutura curricular dos cursos de graduação e de pós-graduação, assim como o *Guia de Profissões*, com variada gama de informações para atuais e futuros alunos da UFC: bolsas, moradia, restau-

rante universitário (com o cardápio semanal), catálogo das bibliotecas etc. Também está disponível o Manual de Identidade Visual da UFC, que detalha o uso do brasão da Instituição. Quem se interessar, pode fazer o *download* de arquivos com o brasão em vários formatos, que obedecem à correta aplicação da marca. Além disso, podem ser acessadas todas as edições da Revista *Universidade Pública*, do Programa UFCTV e dos jornais e boletins de notícias editados pela Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional.

No quesito acessibilidade, há ganhos significativos: foi desenvolvido conjunto de teclas de atalho para navegação e a página inicial é acessível a leitores de tela, como o Webvox – também foram aplicadas regras para atender a cegos. Em paralelo, foi lançado o site de Acesso à Informação.

CEARÁ

INVESTIMENTOS NO CARIRI

Até 2014, serão destinados R\$ 15,6 milhões à Universidade Regional do Cariri (Urca), maior montante investido na história da instituição. Os projetos estão voltados para infraestrutura, aquisição de equipamentos, material didático, novos veículos para assistência às atividades de ensino e gestão, adequação à acessibilidade e implantação de rede sem fio. Serão construídos o Campus de Artes Violeta Arrais, em Barbalha, e os prédios dos cursos e departamentos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, que inclui os cursos de Enfermagem, Educação Física e Ciências Biológicas, no Crato. Saiba mais em is.gd/Aho8ES.

BIODIESEL DE TILÁPIA

A Petrobras e o Ministério da Pesca e Aquicultura assinaram convênio para ampliar programas cooperativos que priorizam a produção de biodiesel a partir de matéria-prima residual da tilápia. O Ceará é o maior produtor desse pescado no Brasil, gerando cerca de 30 mil toneladas por ano (10% de vísceras). Empresa criada com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) já investe na produção de óleo de vísceras de tilápia – além de poder ser usado como base para gerar o biodiesel, serve também como ração animal e auxilia na solução de um problema ambiental. Mais informações em is.gd/eboTDK.

EU PESQUISO NA UFC Vlândia Pinto Vidal de Oliveira



Vlândia Pinto é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2

Doutora em Engenharia Agrônoma pela Universidade de Almería (Espanha, em 2002), é professora associada do Departamento de Geografia do Centro de Ciências da UFC, onde integra o quadro docente dos programas de pós-graduação em Geografia e em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema). É coordenadora do Prodema em Associação Plena em Rede, envolvendo sete instituições públicas (UFC / UFPI / UFRN / UFPE / UFPB / FUFU / UESC), e do Laboratório de Pedologia e Análise

Ambiental e Desertificação (Laped), com 22 integrantes, entre professores, técnicos em laboratório e estudantes. Faz parte do grupo de especialistas da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD). Atualmente, com abordagem interdisciplinar, desenvolve pesquisas com análise geoambiental e de produtos de sensoriamento remoto, além de estudos sobre solos na dinâmica de paisagens semiáridas, degradação e desertificação.

Mercado nacional mais competitivo

O Laboratório de Engenharia de Sistemas de Computação, do Curso de Engenharia de Teleinformática da UFC, integra a recém-lançada Rede de Centros de Inovação em Eletrônica Para Produtos (EPP), formada por 10 núcleos de inovação de todo o País que têm a missão de auxiliar empresas brasileiras a desenvolverem produtos e sistemas tecnológicos para modernizar a produção e tornar o mercado nacional mais competitivo. A Rede EPP faz parte do Sistema Brasileiro de Tecnologia, do MCTI. Até 14 de janeiro, empresas de pequeno, médio ou grande portes que precisem de soluções tecnológicas podem participar de chamada de projetos. Saiba mais em is.gd/jS5qoR.

DIREITOS DA MULHER

A Secretaria de Políticas para as Mulheres recebe propostas, até 15 de dezembro, para pesquisa sobre a garantia de direitos das mulheres e a evolução das políticas para a igualdade de gênero no Brasil. O estudo será feito em parceria com universidades federais, com o propósito de analisar o banco de dados da Ouvidoria da Mulher. Acesse o edital em www.mulheres.gov.br.

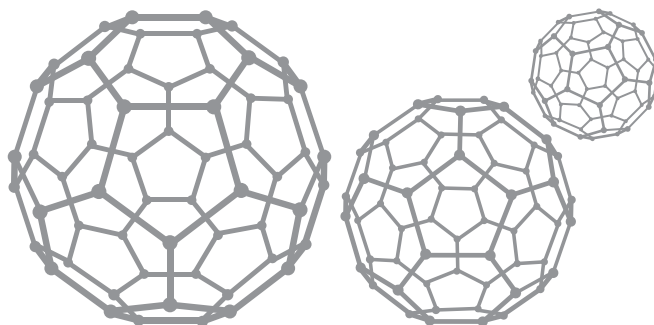
INOVAÇÃO EM EMPRESAS

O MCTI e o CNPq estão com chamada pública aberta com o objetivo de inserir mestres ou doutores pesquisadores em empresas privadas de micro, pequeno, médio e grande portes. O apoio financeiro será dado a propostas que busquem contribuir, significativamente, para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no País. Edital em is.gd/ucx39R.

Capes recomenda pós-graduação em Artes

A Capes aprovou o Programa de Pós-Graduação em Artes do Instituto de Cultura e Arte da UFC, que terá sua primeira turma de mestrado acadêmico no início de 2013. Com área de concentração em Poéticas da Criação e do Pensamento em Artes, será um espaço de pesquisa, experimentação, criação e pensamento em artes, coerente com a complexidade do contexto sócio-histórico atual. Outro objetivo é incentivar a reflexão acerca das mudanças vigentes nos modos de entendimento com a arte contemporânea, através de duas linhas de pesquisa. O edital de seleção pode ser acessado em is.gd/oxPkGU.

Novos laboratórios de nanotecnologia



Os fulerenos são estruturas de carbono investigadas pela nanotecnologia

A UFC ganhará um novo laboratório de nanotecnologia, conforme anunciou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em novembro. O MCTI pretende implantar no País de 15 a 20 unidades semelhantes, escolhidas entre 50 propostas em análise. A informação foi antecipada pelo Coordenador Geral de Micro e Nanotecnologia da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e de

Inovação do MCTI, Flavio Plentz, durante o 2º Workshop Nanotecnologias: da Ciência ao Mundo dos Negócios, realizado em Fortaleza. Os laboratórios federais de nanotecnologia apoiarão o desenvolvimento industrial priorizando o espaço aéreo, o agronegócio, a defesa, a energia, o meio ambiente e a saúde, disponibilizando 50% do tempo e de máquinas para atendimento à iniciativa privada.

BRASIL

CONTRA O ALZHEIMER

Pesquisadores do Instituto de Química da Unesp de Araraquara (SP) desenvolveram banco de dados com informações sobre compostos químicos extraídos da biodiversidade brasileira. Entre as descobertas mais importantes está uma que pode ser utilizada contra o mal de Alzheimer. Já patenteado, o composto advém da árvore *Senna Spectabilis*, com substâncias que podem atuar no sistema nervoso central e, assim, reduzir os sintomas típicos da doença. Ao longo dos últimos 15 anos, foram identificadas 640 substâncias de mais de 220 plantas da mata atlântica e do cerrado. Mais informações em is.gd/jMbdNx.

BIODIVERSIDADE NACIONAL

Após 10 anos de mobilização, o Brasil, que abriga 15% da biodiversidade do planeta, aderiu oficialmente à Plataforma Internacional de Informação sobre Biodiversidade, maior iniciativa multilateral para tornar acessíveis na Internet dados sobre biodiversidade. Formada de 58 países e 46 organizações, reúne informações sobre a ocorrência de espécies vegetais, animais e de microrganismos registradas em herbários, museus, coleções zoológicas e microbianas. Saiba mais em is.gd/u6v7Jq.

QUEIJO DE COALHO

Pesquisa realizada pela UFPE apontou que o queijo de coalho pode prevenir câncer. Foi descoberta a função preventiva do alimento através dos peptídeos bioativos, pedaços da proteína caseína, encontrada no leite. Como são propriedades antioxidantes, combatem os radicais livres, moléculas instáveis que podem originar câncer. O queijo de coalho atuaria como um antioxidante natural. Saiba mais em is.gd/TJ148d.

PELO MUNDO Andréa Feitosa dos Santos



Andréa Feitosa dos Santos, de 33 anos, cursa **Doutorado em Linguística** na UFC, onde desenvolve fragmentos computacionais da sintaxe do português brasileiro para a implementação em *softwares* para o processamento de línguas naturais. Até março de 2014, fará estágio sanduíche na Universidade de Konstanz, na **Alemanha**, com bolsa do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD). Em Konstanz, laboratórios bem equipados para experimentos fono- e psicológicos e neurolinguísticos permitem compreender melhor o funcionamento da linguagem na mente dos falantes. Sob orientação dos professores Georg Kaiser e Miriam Butt, "a delimitação do tema tornou a minha pesquisa totalmente original, pois não há implementações computacionais em um *software* tão robusto como o que venho utilizando".



UNIPACE:
HÁ 5 ANOS,
CRESCENDO
POR MEIO DO
CONHECIMENTO!



Venha construir a sua trajetória de sucesso junto com a gente!

Desde 2007, a Universidade do Parlamento Cearense (Unipace) vem contribuindo para a formação e aperfeiçoamento profissional de servidores públicos, agentes políticos e da população em geral. A universidade oferece ensino de excelência, em nível de graduação e pós-graduação, em diversas áreas de competência, ligadas ao desempenho das atividades parlamentares e, ainda, variados cursos gratuitos voltados para capacitação e desenvolvimento da comunidade.

- ✓ Graduação
- ✓ Pós-Graduação
- ✓ Extensão
- ✓ Programa Superação
- ✓ ALcance ENEM
- ✓ Rumo à Universidade
- ✓ Educação de Jovens e Adultos

Endereço: R. Barbosa de Freitas, esquina com Av. Pontes Vieira
Anexo II da Assembleia Legislativa - 4º andar - Dionísio Torres - Fortaleza/CE
☎ (85) 3257.7871 e 3257.4523 | ✉ unipace@al.ce.gov.br



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Universidade do Parlamento Cearense

Desvelando personagens pela escrita

Selo editorial publica livros-reportagem que revelam distintas facetas de Fortaleza e do Ceará e seus personagens

Por Cristiane Pimentel

Sob o foco evanescente da iluminação artificial, a cidade espregueia a noite. A lua alta marca o avanço das horas, singradas pelo rumor ansioso dos que ainda retornam a casa, finda a jornada. Mas, na urbe taciturna, o correr do relógio do tempo é invertido para os que têm na vigília uma companheira de trabalho. É o caso de Marcos Antônio Santos e Rosa Cristina Silva, catadores de materiais recicláveis nas ruas de Fortaleza. Na rotina vivida no bairro São Gerardo, onde a calçada de uma marmitaria se faz cama e o céu aberto, coberto, driblam o peso do carrinho e da miséria percorrendo ruas e avenidas em busca de “pequenos tesouros” no meio do lixo. Ao se prepararem para mais um dia de trabalho, além da mútua companhia, eles contam, certa vez, com o auxílio do então estudante de Jornalismo Regis Tavares, em caminhada marcada por conversas, risadas e confissões.

Permeando o trajeto até a Lagoa do Poranga-buçú, no bairro Rodolfo Teófilo, curiosidades, detalhes da vida do casal de catadores, além de impressões da experiência para o jovem jornalista, que podem ser conferidos em relatos no livro-reportagem “Catando Histórias – três perfis”. Lançado em outubro, dentro das iniciativas do V Festival UFC de Cultura, a obra é o trabalho de conclusão de curso de Régis, na Universidade Federal do Ceará. Somam-se a esse trabalho mais dois livros-reportagem defendidos este ano, publicados também sob o selo editorial de livros-reportagem do Festival: “Cine Diogo – o cinema azul”, de Liana Dodt, e “Palmas e Palmeiras”, de George Pedrosa.

Desde 2010, a opção de elaborar um trabalho prático de livro-reportagem passou a ser disponi-

bilizada para os estudantes de graduação em Jornalismo da UFC. Anteriormente, só era possível concluir o curso através da defesa de monografia acadêmica. Da leva de trabalhos produzidos ao longo desses dois anos, oito já foram publicados pelo selo do Festival, através da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional (*ver quadro*). Apenas o primeiro dos defendidos, ainda em 2010, de Mayara Araújo, foi viabilizado via edital, contemplado em prêmio da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult). “Depois que começou a valer isso e saiu o livro da Mayara, cresceu o número de alunos que optaram por fazer um trabalho prático no final do curso, a grande maioria tentando fazer livro-reportagem. Por exemplo, só nesse semestre agora estou com 13 orientandos, um de monografia e 12 de livros-reportagem”, afirma o Prof. Ronaldo Salgado, do Curso de Jornalismo.

Como detalha Salgado, a preparação dentro do Curso para a construção do livro-reportagem envolve período de um ano e meio, com as disciplinas “Pesquisa em Comunicação” e “Projeto Experimental I” e “II”. Nelas, os estudantes desenvolvem planejamento, produção, coleta de informações, pesquisa e trabalho de campo, com a realização de entrevistas. “O que é importante compreender é que não é tão somente a mudança do suporte, a reportagem sair dos suportes revista, jornal, rádio ou televisão e ir para o suporte livro. Na verdade, é um gênero em processo de configuração. Há muita coisa a ser formada do ponto de vista de organização, de sistematização teórica do que é o livro-reportagem. Tenho sempre conversado com os alunos e dito que há algumas características estilísticas, a questão da

FILMES

LANÇAMENTOS

Jose Augusto Borges – O ressaltar e

ligada a essa fase do livro-reportagem, dos fil

tos, sala, área de serviço, varanda e cozinha, além de quadra de esportes comunitária e rondas policiais. Os moradores também podiam receber indenização proporcional ao valor das casas onde moravam, caso não desejassem residir em uma das unidades habitacionais.

No Palmeiras, não havia água encanada, eletricidade, saneamento

pela especulação financeira, pois a década de 1970 trouxe o “período econômico”, período de intenso crescimento da economia do país. A ideia era valorizar áreas da cidade com alto potencial de lucro, como o mercado imobiliário, como aquelas próximas da orla, construídas por grandes obras.

estética textual diferenciada, uma proposta de abordagem mais aprofundada, uma verticalização, uma humanização do relato, uma série de características sendo configuradas ao longo do tempo para conformar um novo gênero do jornalismo”, comenta Ronaldo.

Experiências e vivências

Foi através de trabalho voluntário, em 2011, na Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia, no bairro Parque Santa Rosa, que Regis Torquato teve seu primeiro contato mais próximo com o mundo dos trabalhadores de coleta seletiva. A cada 15 dias, o jovem ia ao local para atuar junto aos catadores associados no trabalho de triagem e prensagem do material reciclável. A empatia com aquele cotidiano foi tanta que fomentou a ideia do tema para seu projeto de conclusão de curso. “Passava a manhã com eles, toda sexta-feira era uma atividade diferente e, nisso, acabei me apaixonando pelo trabalho; daí surgiu a ideia de escrever sobre os catadores. Mas, mesmo antes disso, me interessava em saber como aquelas pessoas viviam – como sobreviviam, na verdade – de forma tão precária. Sempre que via um catador, percebia que ele não usava luva, bota, caminhava pela madrugada carregando um carrinho já nas alturas”, relata.

Decidido a mergulhar no dia-a-dia dos catadores, Regis, após o expediente de trabalho, flanou pelas ruas de Fortaleza em busca de personagens, durante um ano. Nas madrugadas da Capital se deparou com densas histórias, entrecortadas por pobreza, trabalho árduo e desilusões. O resultado disso é um livro-reportagem em que a sutileza das relações humanas se singulariza, como na narrativa da noite de catação junto a Marcos e Rosa. “Foi uma experiência incrível ter saído para catar. Não somente para escrever o livro, mas como experiência pessoal mesmo, de ter vivido um pouco na pele o que eles passam, de sentir o peso do carrinho, de vencer os declives, as lombadas, o pavimento irregular das ruas da cidade, o trânsito e, mesmo, de vasculhar as sacolas plásticas nas calçadas”.

Dentre as dezenas de entrevistas realizadas, três originaram material para perfil. Além do casal Marcos e Rosa, que trabalha de forma independente, estão presentes Carlos Alberto (nome fictício), que atua junto a um deposeiro (atravessador, que compra o material do catador), e Maria de Fátima Albuquerque, presidente da Associação Maravilha, que reúne catadores do conjunto residencial Planalto Universo. A vulnerabilidade social dos

Desde 2010, a opção de elaborar um trabalho prático de livro-reportagem passou a ser disponibilizada para os estudantes de graduação em Jornalismo da UFC. Nove já foram publicados

perfilados, com abandono, fome e precariedade nas condições de trabalho, resvala no envolvimento com drogas e o mundo do crime. “Infelizmente, o uso de drogas é muito comum, principalmente no caso de catadores que não vivem em regime de associação, que não trabalham em grupo. Inclusive, cheguei a presenciá-los usando crack. Os que ganham mais de um salário mínimo, por exemplo, são os que trabalhavam absurdamente, todo dia, durante horas. Por exemplo, saíam de manhã com o carrinho e voltavam de madrugada lotados de material, algo muito desgastante. Vários também sob o efeito de drogas – também não dá para saber até quando o efeito da droga era causa ou consequência daquele trabalho. Então, só conheci catadores que ganhavam um salário mínimo ou mais dessa maneira, trabalhando de forma praticamente subumana, mas a maioria não ganha nem isso”.

Cultura e transformações urbanas

“A banda já deixou o palco, mas os aplausos ainda persistem”. Essa frase, que remata o livro “Palmas e Palmeiras”, de George Pedrosa, evidencia não apenas a pungência da apresentação da Companhia Bate-Palmas, grupo musical que reúne jovens do bairro Conjunto Palmeiras. Indiretamente, ela também desvela a forte união da comunidade que a abriga, marcada por lutas sociais. “Já tinha uma ideia de qual ia ser a última frase do livro antes mesmo de começar a escrever, porque fui para esse show e aconteceu de, após a apresentação, o público continuar batendo palmas. Daí, associei as palmas ao nome da banda, e percebi que a palma é algo que só funciona no coletivo. Se uma pessoa ficar batendo palmas sozinho é constrangedor, mas não é se for todo mundo. Por isso entra no livro a força do coletivo para aquele bairro”, explica George.

... e a ausência grave em uma comunidade religiosa pobre e ignorada pelo governo. Os habitantes se reuniam em nove metros ao redor de árvores, lançando aos céus os pedidos que não eram atendidos pela gestão municipal. Uma vez por mês, a comunidade recebia a visita de um sacerdote, o padre Monsenhor Souto. Durante as novenas, em meio a conversas e debates nas pausas entre as orações, era semeado um sentimento de indignação com o es...

Outros cinco livros-reportagem foram lançados pelo Festival UFC de Cultura em 2011:



Orgulho Suburbano – o futebol em outras linhas, de Cleisyane Quintino e Lorena Alves



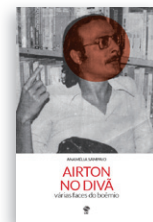
Unidos no Roçado – vidas entrelaçadas em saudade e samba, de Beatriz Jucá



Redondeiros – em pé de guerra pela permanência da pesca artesanal lagosteira, de Janaína Brás



Histórias entrelaçadas – a história da Organização dos Estados Americanos contada por seu programa de estágio, de Ingrid Baquit



Airton no divã – várias faces do boêmio, de Anamélia Sampaio Farias


Localizado na zona sul da Capital, o Conjunto Palmeiras foi criado na década de 1970, em equivocada política governamental de transferência de moradores das áreas pobres. Os primeiros habitantes, 1.500 famílias, chegaram ao local sem dispor da mínima estrutura de saneamento, eletricidade, transporte e serviços públicos essenciais, como escolas e hospitais. Face aos problemas, a saída encontrada pelos pioneiros para obter respeito aos direitos da comunidade foi a organização e mobilização política. Vertente essa que culminou em conquistas, sendo uma das mais destacadas o Banco Palmas, alicerçado no conceito de economia solidária.

É nesse ambiente que se entrelaça a trajetória da Companhia Bate Palmas, resultado de um projeto de arte-educação para crianças e jovens do Conjunto Palmeiras implantado, em 2007, pelo músico Parayba. “A banda está completamente conectada à história do bairro; o objetivo deles é contar a história de lá. Achei que seria interessante essa estrutura de contar a história do bairro através da história da banda. Surpreendeu-me a personalidade dos membros do grupo, descobrir as idiosincrasias de cada um, os gostos, a filosofia de vida. Também me chamou a atenção, durante as pesquisas para o livro, o apego dos moradores ao próprio bairro. Imaginava que houvesse algo parecido, mas da forma como eles expuseram me surpreendeu. Dois entrevistados falaram frases quase idênticas: ‘Do Palmeiras eu só saio morto’ e ‘Do Palmeiras eu só saio no caixão’. Foi interessante perceber essa ligação e o fato de que eles encaram o Bairro como cidade, quase separada do resto de Fortaleza. Até se identificam como palmeirenses e não como fortalezenses”, afirma.

Ainda no campo da cultura, o trabalho de Liana Dodt tem no conceito de memória as bases para o livro-reportagem sobre o extinto Cine Diogo. Dos tempos áureos de sessões lotadas nos anos 1950 e 1960 à decadência na década de 1990, a jornalista refaz o crepúsculo do cinema de fachada

“Não é tão somente a mudança do suporte, a reportagem sair da revista, jornal, rádio ou televisão e ir para o livro; é um gênero em processo de configuração”

azul – quando virou um centro comercial – através de relatos históricos e depoimentos de personagens. “A escolha do tema surgiu quando, em aula do Prof. Ronaldo Salgado, ele comentou que o Shopping Diogo, no Centro de Fortaleza, havia sido um grande cinema de rua. Como não sabia nada sobre isso, procurei informações na Internet, conversei com pessoas que frequentaram o Cine e, assim, me encantei. O que mais me chamou a atenção foi o fato de o Cine Diogo ter se tornado um *shopping center* e toda sua história ter sido esquecida”.

Além de curiosidades e eventos que marcaram mais de meio século de atividades do cinema, no livro “Cine Diogo – o cinema azul”, a autora discute ainda o atual descaço com o patrimônio arquitetônico-cultural em Fortaleza, como a falta de manutenção ou mesmo a demolição de ambientes de relevâncias histórica e afetiva para a Capital. “Um aspecto surpreendente foi quando visitei, no Centro, a Vila Diogo, local construído pela família proprietária do cinema. Quando fui a primeira vez na Vila, sem máquina fotográfica, vi uma placa enferrujada, original da inauguração da Vila. Quando fui pela segunda vez, ela já não estava mais lá, haviam retirado para colocar um poste com sinalização de rua. Na mesma hora olhei para um saco de entulho ao lado e achei a placa rara, que hoje está no Arquivo Nirez”, lembra Liana. 

Livro-reportagem no Brasil

Para uns, a gênese se deu nos anos 1960, sob a influência do “new journalism” norte-americano. Para outros, as origens estão no livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, de 1902. Embora presentes nas nossas prateleiras desde o século passado, os livros-reportagem, que mesclam nuances de Jornalismo e Literatura, ainda são um gênero que carece de olhares acadêmicos. O pesquisador Antônio Heriberto Catalão Júnior, que defendeu, em 2010, a tese “Jornalismo *Best-Seller* – o livro-reportagem no Brasil contemporâneo” na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), classifica o livro-reportagem como um gênero emergente na cultura brasileira contemporânea, visto o aumento no interesse do leitor. Segundo ele, a publicação de livros-reportagem no Brasil cresce desde a década de 1960, chegando a configurar nas listas de livros mais vendidos do País de 1966 a 2004.

Autor de trabalho sobre o jornalista e escritor paulistano João Antônio – um dos grandes nomes do conto-reportagem no Brasil – o escritor e mestre em Literatura pela UFC Airton Uchoa assinala que esse aumento da demanda do leitor ocorreu devido a um maior interesse do brasileiro sobre a situação política no País. “Esse tipo de fato começou a interessar muito às pessoas nos anos da ditadura, como uma forma de politização. O próprio João Antônio, até 1982, era *best-seller*, vendia muito”. De acordo com o Prof. Ronaldo Salgado, essa é uma tendência que promete se manter. “As editoras cada vez mais estão apostando nisso. É um filão editorial que oferece perspectivas novas para outra possibilidade de jornalismo”, analisa.

Onde adquirir os livros-reportagem?

Ao preço unitário de R\$ 15,00, na Livraria das Edições UFC (Av. da Universidade, 2686 – Benfica), de 8h às 12h e de 13h às 17h. Telefone: (85) 3366.7439

Da aridez ao oásis social

Projeto do Centro de Ciências Agrárias da UFC promove incremento na renda de moradores do município de Tejuçuoca através do cultivo de plantas cactáceas e leguminosas ornamentais

por Cristiane Pimentel

Tal como de um náufrago Gulliver que se depara, estupefato, com um mundo em versão diminuta, a imaginação fecunda uma espécie de Liliput do sertão defronte ao cenário de uma casinha ocre, cercada por cactos, ensimesmada em um seco terreno. A paisagem do semiárido cearense, mais precisamente uma representação em miniatura – encontrada em kits de plantas cactáceas – da comunidade Riacho das Pedras, apenas nas dimensões se assemelha à cidade imaginada pelo escritor inglês Jonathan Swift, em *As viagens de Gulliver*. Em Liliput, a guerra integrava o cotidiano dos habitantes. Já a pequenina Riacho das Pedras representa a união de seus moradores na transformação social da localidade.

Situado no município de Tejuçuoca, na microrregião do Curu (cerca de 150 km de Fortaleza), o povoado Riacho das Pedras é sede do projeto Tejucactus, iniciativa resultante de parceria entre a Universidade Federal do Ceará, através do Centro de Ciências Agrárias, e a prefeitura daquela cidade. Coordenada pelo Prof. Roberto Takane, do Departamento de Fitotecnia, a ação, há três anos, atua na geração de renda para 12 famílias daquela localidade, através do cultivo de plantas cactáceas e leguminosas ornamentais.

Por meio de treinamento oferecido pelo pesquisador, o grupo, formado essencialmente por mulheres agricultoras, trabalha em todas as fases do plantio das cactáceas e leguminosas, desde esterilização da terra, semeadura, fertilização com composto orgânico elaborado pelos agricultores até transferência entre jarros. Ao final do processo, quatro diferentes espécies, ainda em pequeno porte, são acomodadas em vasos, juntamente com uma casinha de barro manufaturada pelos próprios integrantes do projeto, reproduzindo, assim, o ambiente natural do lugar.

Esses kits de jarrinhos são colocados em uma caixa de papelão rígido, na qual se encontram informações básicas do projeto Tejucactus. Além de agregar

valor estético ao produto, o recipiente auxilia no manuseio e transporte do artigo até os pontos de venda. Atualmente, o maior mercado comprador tem sido floriculturas da Capital. “O projeto teve início lá no banco de plantas, no Campus do Pici, onde começamos a fazer pesquisas de produção de mudas e o objetivo era fazer uma jardineirinha que imitasse o semiárido, com intuito ornamental e paisagístico. A ideia é que esses jar- rinhos não deem muito trabalho, que você possa deixar no escritório e fazer uma rega de um copinho daqueles de café com água por semana. Hoje, esses kits estão sendo vendidos, principalmente, para Fortaleza, para três floriculturas. As cactáceas também são vendidas na feirinha do Campus do Pici e em demais feiras das quais a Universidade participa”, explica o Prof. Takane.

Ao todo, são 35 espécies distintas de cactáceas e leguminosas produzidas no Tejucactus. Como revela o Prof. Takane, a ideia é que esse número duplique, abrangendo nativas e exóticas do mundo todo. “Na literatura científica, há um livro publicado sobre cultivo de cactos e suculentas que afirma existir mais de 20 mil espécies passíveis de serem produzidas comercialmente. O nosso objetivo é que cheguemos até 70 espécies. Temos aqui plantas de Madagascar, México e vários outros países e continuamos fazendo pesquisas para deixar todo um protocolo de produção para eles [os agricultores]. No futuro, queremos fazer, em Tejuçuoca, o I Festival de Cactos e Plantas Ornamentais”, afirma o pesquisador. Integrando a lista de

Trinta e cinco espécies de cactáceas e leguminosas são produzidas no projeto Tejucactus; a ideia é realizar, em Tejuçuoca, o I Festival de Cactos e Plantas Ornamentais

plantas locais estão exemplares como a palma, o xique-xique, o mandacaru, a coroa de frade e a macambira.

Atualmente, o Tejucactus possui, em sua unidade de produção, estrutura composta por duas estufas teladas, de 200 e 140 metros quadrados cada. Os ambientes dispõem de sistema de irrigação automatizado de microaspersão, especialmente dimensionado para a produção das espécies cactáceas e leguminosas, de forma a utilizar quantidades mínimas de água. Como suporte técnico, pesquisadores da UFC vão ao Riacho das Pedras a cada 15 dias, a fim de acompanhar o processo de cultivo e elaborar estratégias logísticas para venda dos kits.

Parceria

Como contrapartida aos conhecimentos técnico-científicos oferecidos pela equipe

da UFC, a Prefeitura de Tejuçuoca atuou, na implantação do Tejucactus, junto à comunidade, na seleção das famílias participantes e no apoio ao desenvolvimento do projeto em seu primeiro ano, através da Bolsa Cactus. “Queríamos encontrar um projeto que contemplasse a localidade, principalmente mulheres de famílias que recebem o Bolsa Família (programa social de transferência de renda, conduzido pelo Governo Federal), algo que gerasse renda complementar. Daí surgiu essa oportunidade do Prof. Takane e gostamos. Apresentamos à comunidade, fizemos reuniões, e as pessoas foram pegando gosto. No começo, durante um ano, foi distribuída a Bolsa Cactus, R\$ 100,00 para cada família ser ajudada nos primeiros passos”, declara o Prefeito de Tejuçuoca, Edilardo Eufrásio.

Ainda de acordo com o Prefeito, em processo de consolidação e apontando mudança do perfil econômico da pequena localidade, o Tejucactus vive o desafio de expansão da demanda de consumo. “No meu entendimento, agora é o momento de criarmos para produção e consumo. Hoje, temos de pensar outro tipo de parceria, tanto para essas famílias aumentarem a sua produção como para oferecerem apoio na compra. Conversei com o Prof. Takane para levarmos essas mudas para as escolas, ambientes administrativos e postos de saúde, e o Município entraria com a compra e investiria na logística. A ideia é consolidar esse projeto e fazer com que essas pessoas possam conduzi-lo por conta própria, andar com as próprias pernas”, afirma Eufrásio.



Moradores do Riacho das Pedras incrementam a renda através de miniaturas que reproduzem o ambiente local



Segundo o Prof. Roberto Takane, o Tejucactus também tem o objetivo de preservar o bioma da caatinga

Incrementando vidas

Entremeada pelos cuidados dos afazeres domésticos e o crochê: essa era, basicamente, a rotina de Maria de Fátima Silva, moradora da comunidade Riacho das Pedras, até cerca de quatro anos atrás. Hoje, dedicando parte de seu dia aos cuidados de mudas de cactáceas, ela afirma ter encontrado, na atividade, ganhos para além do fator econômico, como o estreitamento de laços de amizade. “O dia aqui é bom demais, a gente se junta em grupo, faz a muda das plantinhas, apronta esses jarrinhos. Estamos aqui quase todo dia. Às vezes, a gente tira uma tarde, outras vezes é pela manhã. Aqui conversamos bastante, uma diz uma prosa, outra diz outra, aí, num instante, a gente faz muito serviço. É um trabalho fácil e bom demais. Já está trazendo renda, uma média de R\$ 300,00; ainda é pouco, mas a gente espera mais”, relata.

Para a dona de casa Rosimeire Alves, também integrante do projeto, o reforço da autoestima foi outro proveito essencial obtido através do cultivo de cactáceas e suculentas. “Acho que muda muita coisa na vida da gente, sem contar que é tipo uma tera-

pia, a gente ocupa a mente. Pra gente, é gratificante estar aqui, a gente se sente bem, conversa, é uma distração e, ao mesmo tempo, estamos ganhando alguma coisa, tirando uma renda”.

Consciência Ambiental

Um objetivo do projeto Tejucactus é a construção de uma consciência ambiental em relação ao bioma da caatinga. Segundo a produtora Rosimeire Alves, o olhar para as cactáceas é, agora, diferenciado, imerso em uma mistura de conhecimento, curiosidade e senso de preservação. “A minha visão agora é outra. Na minha casa tinha um pé delas, mas só porque a gente pegou, achou bonito. Depois do projeto, fui adquirindo mais espécies e, hoje, quando vamos para as casas, já temos a curiosidade de ir numa vizinha e trocar mudas”, afirma.

Como reitera o Prof. Takane, hoje recebem diferenciada atenção pelos habitantes do local espécies que corriam o risco de extinção e que, antes, eram vistas como banalidade. “O mais perigoso de entrar em extinção são as coroas de frade. Porque, erroneamente, o pessoal faz propaganda de fazer doce com essa planta, que leva 15, 20 anos no crescimento. A macambira também é uma planta nossa que ninguém nunca deu atenção, mas no mercado internacional ela tem muito valor. Fizemos uma contagem de degradê e nela foram encontradas 35 cores, desde o azul até o vinho extremo. A insolação maior a deixa mais avermelhada e, quanto mais escuro, mais azulado ou esverdeado. Temos cinco ou seis espécies dessa bromélia no mato e não estamos trabalhando com todas ainda. Com o projeto, os agricultores daqui já têm a consciência de não destruir o semiárido, pois é dele que vêm as suas futuras mudas”.



Conteúdo extra

Saiba mais sobre as cactáceas através de estudo do Grupo de Pesquisa Lavoura Xerófila, do Instituto Nacional do Semiárido (INSA): is.gd/5niXqD



Serviço

Feira do Campus do Pici, às quartas-feiras, das 8h às 12h. Os kits variam de R\$ 8,00 a R\$ 10,00. As cactáceas são vendidas isoladamente, em vasos, a R\$ 5,00.

Espécies que antes corriam risco de extinção agora recebem diferenciada atenção dos habitantes da comunidade



AUTONOMIA PRA QUEM?

Luta antiga, a autonomia universitária ainda é sonho por vezes distante para as instituições federais de Ensino Superior. Falta de flexibilidade no orçamento e atraso na entrega de obras são alguns impasses de universidades que crescem, mas não podem decidir o próprio destino por completo

por Lorena Alves

A pesar de assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, a autonomia universitária ainda é tema controverso no Brasil. Na prática, as universidades públicas ainda estão intrinsecamente acorrentadas a um poder público central que, não raro, limita o crescimento e a independência dessas instituições. Mesmo com os avanços conquistados na última década, restam demandas a serem resolvidas, seja através de legislação própria, como defendem alguns gestores, ou pela autorregulação, solução apontada por outros.

Para que seja considerada autônoma em sua plenitude, uma universidade deve responder a quatro premissas de autonomia: didática, científica, administrativa e de gestão financeira. Ao levantarem essa bandeira, representantes sindicais e reitores fazem questão de evitar uma confusão entre o conceito de autonomia e soberania. Este último, sim, fere a independência da União. Sobre o assunto, o artigo 207 da Constituição diz: “As universidades gozam de autonomia universitária didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Entretanto, o Reitor da Universidade Federal do Ceará, Prof. Jesualdo Pereira Farias, explica que a atual legislação é genérica em relação ao tema, pois não deixa claro o limite imposto às instituições. Para o Reitor da UFC, o fortalecimento das universidades amplia as obrigações da administração, e não o contrário. “A universidade, tendo autonomia, a responsabilidade dos gestores com a gestão tem de ser maior ainda, até porque as cobranças também serão mais rigorosas”, justifica.

Um impasse que a legislação não dá conta de



resolver é atender às demandas específicas de cada universidade, respeitando seu processo de desenvolvimento. Do ponto de vista orçamentário, ainda são muitas as amarras a que as instituições estão submetidas. Falta flexibilidade às administrações das universidades para estabelecer prioridades de investimentos, já que se devem cumprir os tetos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), como a limitação de vagas, por cargo, em caso de realização de concurso público para servidores técnico-administrativos. Uma das soluções apontadas para avançar nessa etapa seria a criação de uma lei orgânica para as universidades federais, que passaria a delimitar a atuação das universidades federais de modo a diferenciar essas instituições de ensino de outros órgãos públicos, como, por exemplo, as prefeituras.

A Presidenta do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Marinalva Oliveira, acredita não ser necessária a criação de uma nova lei para reger o tema. “O ANDES opõe-se à necessidade de uma lei que delimite o alcance da autonomia universitária, visto que o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, em suas relações com os demais preceitos constitucionais, é suficiente”, declara. No entanto, para que essa autonomia seja de fato garantida, Marinalva defende que as universidades tenham regulamento próprio, aprovado nos conselhos superiores, com normas, execução e controle do orçamento, realizando, anualmente, a prestação pública da aplicação de todos seus recursos. Dessa forma, caberia aos conselhos superiores definir o regulamento interno e os casos de dispensa e inexistência de licitações.

O Reitor Jesualdo Farias avalia que a ideia de autorregulação não se contrapõe à aprovação de uma lei orgânica, já que esta viria apenas para especificar a autonomia prevista na Constituição, mas não é colocada em prática. “Seria para definir os limites de atuação da universidade com relação a uma legislação específica de compras, de gestão de pessoas, maior autonomia para execução orçamentária”.

Por estarem subordinados a diretrizes estabelecidas pelo MEC que nem sempre atentam para as necessidades específicas das instituições, os reitores ficam de mãos atadas para tomarem algumas decisões, como contratação de pessoal, aquisição de equipamentos, construção de blocos didáticos e desenvolvimento de pesquisas. Hoje, as instituições até podem realocar recursos para o ano seguinte, mas estão submetidas ao saldo do balanço geral da União, configurando um risco grande de “perder recursos”.

Atualmente, a situação é debatida na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), já que a temática divide os gestores. Enquanto uma parcela aposta em regra única para todas as instituições, outra defende que as particularidades sejam garantidas por lei. Com o intuito de ampliar as discussões, foi criada uma comissão de autonomia na Andifes. A reportagem de **UP** entrou em contato com a Associação, mas sua assessoria de imprensa afirmou que integrantes não iriam se posicionar sobre o

assunto porque a comissão está em mudança de gestão e, portanto, nenhum reitor está autorizado a falar em nome dela.

O ponto de convergência

Dentre as divergências que separam as categorias representantes das universidades, há concordância de opiniões quando o assunto é garantir autonomia para o desenvolvimento das instituições. Se muitas vezes essas representações ocupam lugares diferentes, aqui há mais proximidade do que distância. Uma das bandeiras unânimes entre os movimentos é assegurar dotação orçamentária que seria ajustada de acordo com as demandas de cada universidade.

Nesse caso, as instituições não estariam livres para agir “como bem quisessem e entendessem”, visto que não deixariam de passar por processos de fiscalização, como já ocorre hoje. Por sua vez, conselhos universitários e gestores teriam mais flexibilidade para adotar certas medidas internas.

“O poder público deve sustentar financeiramente as atividades desenvolvidas no interior das IES (Instituições de Ensino Superior) a partir da dotação orçamentária, pois somente assim as IES poderão definir, efetiva e autonomamente, suas diretrizes e prioridades e, portanto, estabelecer sua política, tornando-se desnecessário que fiquem atreladas às prioridades definidas externamente por agências financiadoras públicas e/ou privadas”, considera a Presidenta da ANDES, Marinalva Oliveira.

O Prof. Eduardo Rolim, Presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), admite que os sindicatos federais guardam posturas diferenciadas em outras lutas, mas reforça o papel agregador de unificar entidades em torno de um tema urgente à universidade pública. “Entendemos que flexibilidade orçamentária tem de existir para que as particularidades regionais sejam respeitadas. Os critérios de progressão funcional, por exemplo, têm de ser redefinidos por questões locais, ainda que devam existir as diretrizes no âmbito do MEC”, aposta.

Para alguns pesquisadores, falta “vontade política” para alterar a atual legislação. No Estado de São Paulo, por exemplo, as universidades públicas estaduais gozam de autonomia desde 1989, a partir de um decreto estadual, que passou por atualizações nas décadas seguintes. A partir daí, as instituições estaduais passaram a ter “orçamento global” cons-



A Lei da Copa e o processo de flexibilidade das licitações

Criada para garantir celeridade às obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, a Lei nº 12.462/11 instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Através da flexibilização de licitações, a lei visa equiparar o setor público às atividades do setor privado, impondo que o Estado deve buscar condições de aquisição, pagamento e seguros compatíveis com o setor privado. A nova lei também permite que, no edital de licitação, sejam fixadas práticas como remuneração vinculada ao desempenho do contratado, estabelecendo metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega definidos previamente.

Já a Lei nº 8.666/93, que rege os processos de licitação nos órgãos públicos em geral, utiliza como critério o menor preço no pregão das concorrências. A reclamação de reitores e sindicalistas é de que, além de burocratizar o processo, as universidades estão sujeitas, não raro, a empresas de qualidade questionável, já que a administração das instituições não pode estabelecer outros critérios durante o processo. Com isso, grandes e renomadas empresas de construção civil dificilmente entram na concorrência porque o preço fixado nos editais de licitação é considerado muito baixo.

A autonomia universitária é garantida no artigo 207 da Constituição Federal; as instituições devem ser autônomas em quatro âmbitos: didático, científico, administrativo e financeiro



Decreto de 1989 garante autonomia diferenciada às universidades estaduais paulistas. Lá, as instituições possuem um “orçamento global”, constituído por repasse de ICMS, para executar suas demandas

tituído por um repasse de 9,57% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às instituições. A distribuição desse percentual é decidida pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP).

A Prof^a Nina Ranieri diz que a falta de autonomia das universidades é um problema “cultural”. Segundo ela, os tribunais têm o entendimento de “restringir a ideia de autonomia plena”. Também professora da Universidade de São Paulo (USP), Nina lembra que as universidades federais nunca usufruíram da mesma autonomia dispensada às universidades estaduais paulistas. “O MEC tem um regime restritivo, há pouca autonomia. O fato é que a dependência das universidades federais ainda é muito grande”.

Na avaliação da Prof^a Nina Ranieri, não é necessário que seja fixada uma lei orgâ-

nica para reger o assunto. Para ela, a questão é mais de “vontade política” para que os demais estados do Brasil incorporem e aprimorem o modelo de autonomia experimentado em São Paulo por meio de decreto estadual. “Nesse caso, a interferência (nas universidades) mais dificulta do que ajuda”.

Em dezembro de 2007, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei Complementar (PLC) 118/03, do então deputado Eduardo Valverde (PT-RO), que buscava regulamentar a autonomia universitária em seus aspectos didático-científico, administrativo e de gestão financeira e patrimonial. Na ocasião, a Comissão acolheu parecer do relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR). Apesar de reconhecer na proposta avanços para as universidades públicas, como a autorização para definirem seu quadro de pessoal, considerou inaceitável a dispensa de licitação prevista para a aquisição de bens, o que revogava critérios instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.394/96) para as universidades. Pelo PLC, as instituições poderiam estabelecer planos de carreira e admitir, promover e demitir pessoal. Na época, Canziani declarou: “o projeto de lei complementar apresenta avanços e retrocessos no que diz respeito ao mérito, mas o ostensivo vício de inconstitucionalidade inviabiliza sua aprovação”. Em outubro de 2009, o PLC 118/03 foi arquivado pela Mesa Diretora da Câmara por “incompatibilidade financeira e inadequação orçamentária”.

A hierarquia das decisões

Sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em agosto último, a lei que estabelece incorporação de 50% das vagas nas universidades federais baseadas em critério de raça, rede de ensino e renda familiar tem gerado polêmica nas instituições. Mesmo os reitores que defendem a medida levantam o questionamento de que a autonomia das universidades foi ferida, já que não há orçamento previsto para a execução imediata da medida. A justificativa é de que, mais uma vez, as administrações terão de dar seu “jeitinho” para atender a uma decisão aprovada no Congresso.

Dias antes, também em agosto, em entrevista à imprensa, o Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Prof. Edward Madureira Brasil, declarou que a sanção da medida interferiria na autonomia universitária. “A minha posição enquanto gestor da UFG e vice-presidente da Andifes é de que esse modelo traz um componente preponderante sobre a autonomia universitária. Cada universidade, exercendo a sua autonomia, encontrou o seu número e o seu modelo de cotas. Agora, pode vir um molde cuja aplicação poderá ser complicada por razões diversas, do ponto de vista econômico e estudantil”, argumentou.

Inicialmente, a UFC adotará a porcentagem mínima exigida, de 12,5% para cada curso de graduação, em 2013. Dessa fatia, metade será destinada a estudantes de baixa renda e a outra parte a índios, negros e pardos. “Vamos respeitar isso, embora

A autonomia universitária na legislação brasileira



Em 1911, o decreto 8.659 declarava os institutos de ensino superior “corporações autônomas, tanto do ponto de vista didático, como administrativo” e previa eleições secretas para os cargos de diretores.



No entanto, o decreto 15.530, de 1915, extinguiu a autonomia concedida e os dirigentes das escolas passaram a ser nomeados pelo Presidente da República.



Em 1931, outro decreto destacou a autonomia ao conceder a independência às faculdades em relação às reitorias, consideradas controladoras e representantes do Ministério da Educação. Nesse período, foram instituídas as listas tríplices de reitores e diretores, subordinadas ao Presidente da República.



Com o Estado Novo, em 1937, a autonomia foi suprimida, assim como as listas tríplices de reitores.



Em 1961, a aprovação da antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegurava às universidades autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que deveria ser exercida conforme os estatutos. Entretanto, restaram muitas lacunas sobre o tema, já que havia interferência direta do Conselho Federal de Educação (CFE). Aqui foi ratificada a existência das listas tríplices para reitores.



A autonomia universitária é garantida pela Constituição Federal de 1988, através do artigo 207. Até então, o tema só havia aparecido em leis ordinárias. Sancionada em 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional detalhou a autonomia universitária e fixou, em dois artigos, o que a universidade poderia fazer.

nosso desejo fosse aumentar, destinar 80% dessas vagas para estudantes pobres. Mas, infelizmente, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) não está adequado para isso, só vai ser modificado no próximo ano”, explica o Reitor Jesualdo Farias.

A UFC firmará parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Ceará (Seduc) para realizar levantamento do impacto orçamentário dessas cotas para a Universidade. Caso o estudo mostre viabilidade de execução financeira, até 2014, a Instituição deverá aderir ao percentual máximo de 50% estabelecido pela nova lei.

Outro exemplo recente que ilustra o cenário de uma autonomia trôpega é a sanção da lei que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A matéria foi aprovada para tentar atenuar a situação financeira dos hospitais universitários, dada a impossibilidade de as universidades manterem, sozinhas, esses equipamentos nos moldes atuais.

Administrado atualmente pela Sociedade de Assistência à Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (Sameac), o complexo hospitalar da UFC passa por situação crítica, pois, apesar de comportar hospitais de alta complexidade, vive imbróglio de dívidas e dificuldade de manter os empregados terceirizados com as garantias trabalhistas adequadas. Pela conjuntura, a única solução que se mostra viável é a adesão do complexo à EBSERH, embora o ideal fosse a própria Universidade realizar concurso público para futuro provimento de pessoal. Os reitores consideram que a realização de concurso para servidores técnico-administrativos está limitada a uma instância superior que nem sempre atenta para as demandas específicas de cada instituição.

A demora das licitações

Os entraves da autonomia nas instituições de Ensino Superior também perpassam aspectos que interferem direta e indiretamente na qualidade de ensino, pesquisa e extensão das universidades. A morosidade de uma obra, causada pela burocracia exacerbada dos processos de licitação, pode prejudicar o andamento de uma pesquisa, só para exemplificar.

O presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará (Adufc-Sindicato), Prof. Ricardo Thé, reclama da rigidez do TCU em fiscalizar algumas atividades de pesquisa, engessando e limitando as competências pedagógicas dos projetos. Para o dirigente sindical, o excesso de burocracia do Estado, que tem o intuito de proteger a União, pode ser um elemento que facilita a corrupção, ao contrário do que muitas vezes se apregoa.

“Temos que modernizar o Estado, que ainda é muito burocrático e atrapalha o desenvolvimento das instituições”, afirma. De acordo com o presidente da Adufc, é necessário que se respeite a lógica das universidades, que não podem ser tratadas como qualquer órgão público. “A academia tem uma dinâmica própria, a entidade continuamente se reinventa”.

Hoje, entraves nos processos de licitação geram prejuízos que interferem no rendimento acadêmico de estudantes e professores. Algumas obras

A UFC firmará parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Ceará (Seduc) para realizar levantamento do impacto orçamentário das cotas para a Universidade

chegam a atrasar anos por conta dos trâmites processuais, e nem sempre o serviço prestado é o esperado pela universidade. Na UFC, algumas obras foram prejudicadas porque empresas privadas abandonaram o processo de construção em andamento, como o refeitório do Campus do Poranga-buçú, a primeira etapa do Campus de Quixadá e o bloco de pesquisa do Centro de Ciências Agrárias, além da primeira licitação do bloco de pós-graduação do Centro de Ciências. Estima-se que o prejuízo para a Universidade, nessas quatro situações, chegou a R\$ 2 milhões. O atraso na entrega desses equipamentos gera impacto direto no andamento de pesquisas, nos projetos de extensão e, por conseguinte, na própria formação do estudante.

Quando alguma empresa abandona uma obra, o dinheiro destinado a sua construção “volta para o Tesouro, porque já foi empenhado, e só podemos chamar o segundo (classificado da licitação) pelo preço do primeiro. Isso nos leva a fazer outro processo licitatório, o que termina atrasando as obras e saindo mais caro”, explica o Prof. Jesualdo Farias. Apesar das críticas, as universidades federais conquistaram, recentemente, o direito de utilizar internamente a mesma lei que flexibiliza os contratos de licitações para a Copa do Mundo de 2014. Na avaliação da Profª Nina Ranieri, da USP, “a lei de licitação precisa ser revista em geral, porque dificulta a administração no nível em que for”.

Embora setores distintos da Universidade ocupem lugares antagônicos no cotidiano da academia e até se confrontem, como ocorre em períodos de deflagração de greves, a pauta da autonomia universitária é bandeira que mais agrega do que separa. Segundo o Presidente da Adufc-Sindicato, Ricardo Thé, “a autonomia universitária nunca deixou de estar presente na pauta do movimento docente. É claro que, em alguns momentos, temas específicos agudizam essa pauta, como carreira e salário”. A Profª Marinalva Oliveira, do ANDES, concorda: “lógico que a unidade nem sempre é possível, mas avaliamos que, nessa defesa da autonomia universitária, temos mais pontos convergentes do que divergentes”.

UP entrou em contato com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, mas a assessoria de comunicação do órgão informou que as demandas só são atendidas quando solicitadas por e-mail. Mesmo após seguir o procedimento padrão, nossa reportagem não obteve resposta do MEC até o fechamento desta edição.



Conteúdo extra

Para conhecer o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que trata da autonomia universitária: is.gd/ZUAXGB

Acesse a LDB de 1996: is.gd/KYOhQ1

Conheça o PLC 118/03, que buscou instituir a Lei Orgânica da Autonomia Universitária: is.gd/6rcpUb

Equilíbrio em discussão

Criado em 1965 e adotado pela Constituição Federal de 1988, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) tem chamado atenção no final deste ano. Tramitam no Congresso Nacional 24 propostas de alteração nos coeficientes de rateio dessa ferramenta financeira criada para distribuir parte da arrecadação federal entre as unidades federativas e promover o equilíbrio socioeconômico delas. • O **Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP)** da Universidade Federal do Ceará publicou, em novembro, a pesquisa “*Extrema pobreza e capacidade fiscal: o FPE em discussão*”, em que retrata as propostas de alteração no FPE, dissecando estudos técnicos paralelos que não estão sob votação e simula as possibilidades de impacto financeiro no orçamento cearense e de mais dois estados cujos índices de pessoas em situação de extrema pobreza são os maiores do País.

Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP)

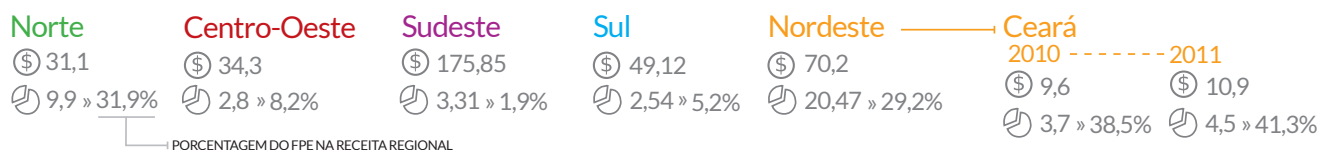


Pós-Graduação em Economia (CAEN)
Faculdade de Economia, Administração,
Atuária e Contabilidade da UFC

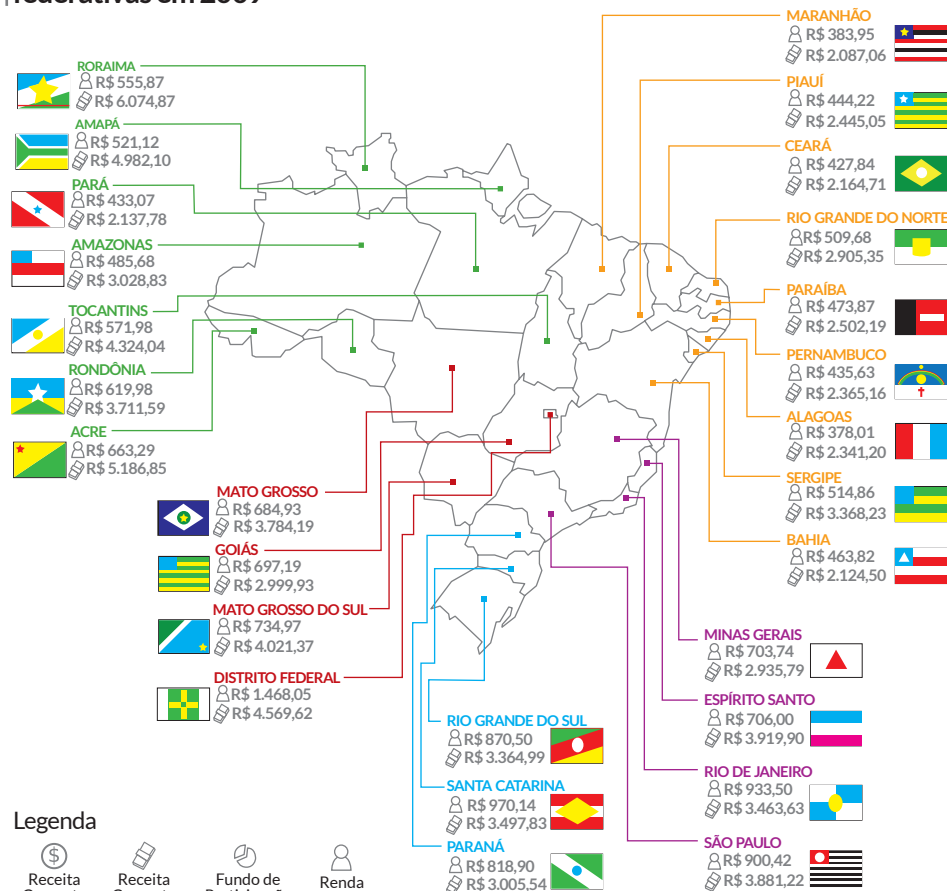
Coordenador:
João Mário de França

O impacto do FPE sobre as receitas regionais em 2010

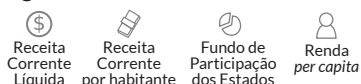
(números em bilhões)



Receitas correntes nas unidades federativas em 2009



Legenda

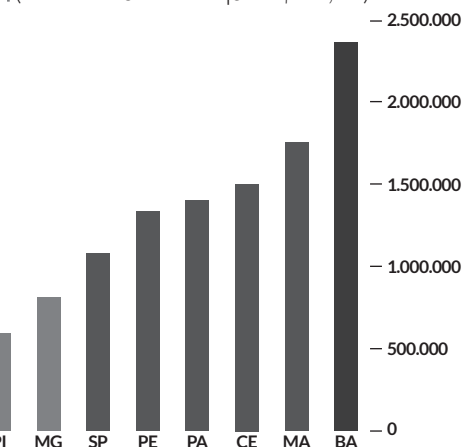


Simulação de ganhos e perdas nas dez propostas menos danosas aos três estados com maior miséria (valores em milhões)

PROJETO	BA	MA	CE
Ter-Minassian*	4.318,05	1.871,52	2.618,62
Fernandes-Duarte*	3.992,92	1.371,18	1.791,28
Rocha B*	-336,11	138,83	1.028,27
Rocha A*	1374,23	-32,78	990,29
PLS 35/2012	411,34	-29,59	18,53
Notáveis*	-517,33	-119,31	-190,79
PLP 152/2012	-94,51	554,76	-286,46
PLP 129/2012	-1.669,33	129,84	-323,70
PLS 192/2011	-1.672,46	-755,28	-391,24
PLS 114/2012	-704,75	-437,06	-500,58

*PROJETOS TÉCNICOS SEM VOTAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

Pessoas em extrema pobreza em 2010 (com renda menor que R\$ 70,00)



Comprar não é brincar

Sem política regulatória definida, Brasil ainda patina
na discussão das relações entre infância e consumo

Texto: Beatriz Jucá

Ilustrações: Mônica Pio



6 71860 01362 4

Um mundo encantado de bonecas que falam surge de um cenário colorido, onde ter uma coroa basta para criar novos príncipes e princesas. Se apertar o botão do controle remoto, a tela é ocupada por roupas capazes de transformar o tédio em alegria. Em outro canal, jogos de tabuleiro garantem a diversão, colegas e personagens dançando juntos no ar por meio de coloridos efeitos especiais. Os olhos infantis, grudados nos televisores por aproximadamente cinco horas diárias, brilham. Cada brinquedo vem acompanhado de desejo e personalidade, e as crianças nem sequer percebem a velocidade com que definem um novo objeto de sonho. Sem diferenciar realidade da ficção, elas levam tudo na brincadeira. O problema é que, no brincar, está também a comunicação da criança com o mundo, a maneira como ela descobre os outros e a si mesma.

A publicidade dirigida ao público infantil vem sendo discutida no Brasil há mais de 10 anos. No Congresso, tramitam vários projetos de lei para proibir ou restringir a propaganda comercial nos programas voltados à criança. De um lado, pais e entidades da sociedade civil defendem a regulação, argumentando contra os impactos que a publicidade tem causado na formação socioeducativa infantil. Do outro, os interesses de uma força poderosa: o mercado. Nesse debate, anunciantes alegam que a publicidade não exerce tanto poder de influência como apontam os pais e que já existe controle sobre os comerciais, feito pelo Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar). Enquanto o Brasil patina na discussão, países como Noruega, Suécia e Canadá já decidiram banir a publicidade infantil por reconhecerem prejuízos à criança.

“Os estudos e as pesquisas no campo da comunicação indicam que a criança não tem a capacidade plenamente desenvolvida para entender a abordagem persuasiva que a publicidade faz. A criança, até sete ou oito anos, não diferencia sequer o programa do comercial. Para ela, tudo faz parte de uma grande brincadeira. No momento em que estou fazendo comercial que implica para essa criança um apelo ao ato de compra, com a qual não é ela que arca, é uma situação invasiva e desrespeitosa com essa criança”, afirma a Prof^a Inês Vitorino, coordenadora do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Adolescência e Mídia (Grim), da UFC.

Conforme a pesquisadora, um dos maiores problemas vinculados à publicidade infantil é a inserção da criança no mundo do consumo. “Hoje, aos quatro anos, elas estão indo para a escola maquiadas, com a unha pintada, preocupadas com a roupa que estão usando. E isso é uma inserção cruel da criança no mundo do consumo, que tornará muito difíceis as relações dela”, declara. Inês lembra que, no consumo, as pessoas passam a valer

pelo que têm – a criança vai construindo sua visão de mundo com a ideia de que, para ser feliz, precisará comprar. “Como estamos formando essa nova geração para a vida? Cria-se uma contradição muito forte entre a escola e a publicidade porque a escola vai trabalhar com o ensino do dever, e a publicidade, com o princípio do prazer. Não há discussão efetiva sobre os limites de cada um”, critica.

Com opinião semelhante, mães brasileiras resolveram criar o coletivo Infância Livre de Consumismo para lutar por regulação. O entendimento é de que a publicidade infantil é danosa quando se cria uma necessidade inexistente e apresenta um modelo de vida feliz que não condiz com a realidade, provocando problemas como consumismo, obesidade, estresse familiar, violência, adultização e erotização precoce. Dessa forma, a integrante Raquel Fuzaro defende a criação

O Conar é contra uma lei para regular a publicidade infantil, argumentando que os comerciais não exerceriam tanto poder de influência sobre as crianças

de uma lei, através da discussão com vários setores da sociedade.

“O que temos hoje é um código de boas práticas de conduta que visa proteger o mercado e não a infância. O Código de Defesa do Consumidor também não é adequado para conter normas de proteção da infância. Acreditamos que a lei deva ser elaborada com a participação de todos: família, sociedade, mercado e o Estado”.

O Código Brasileiro de Autorregulação Publicitária (CBAP) estabeleceu, em 2006, algumas normas para a divulgação de produtos voltados para as crianças, como a limitação do chamado efeito amolação, no qual o comercial sugere que as crianças insistam em pedir os produtos aos pais. Atualmente, o controle sobre a publicidade infantil é feito pelo Conar, formado apenas por fa-

bricantes, anunciantes e publicitários. No entendimento de mães e especialistas, esse controle não acontece de forma efetiva porque o órgão teria posição clara na defesa dos interesses do mercado.

UP procurou o Conar e, segundo sua assessoria de imprensa, o Conselho tem evitado se manifestar sobre o assunto há anos, mantendo em seu site (www.conar.org.br) “material recente explicando em detalhes a posição e as providências adotadas para corresponder ao legítimo interesse da sociedade brasileira pela formação das suas crianças e adolescentes”. O Conar é contra a criação de lei para regular a publicidade infantil. Argumenta que os comerciais não exerceriam tanto poder de influência sobre as crianças, que menos de 1% das reclamações feitas ao Procon se refere à publicidade, que a maioria dos pais permite aos filhos o acesso a esse tipo de conteúdo e que já faz um controle sobre as peças veiculadas. Em agosto deste ano, o Conselho divulgou relatório informando que 186 dos 300 processos referentes ao tema julgados nos últimos cinco anos resultaram na penalização do anunciante e da sua agência.

Conforme Inês Vitorino, o que se defende mais são políticas corregulatórias, em que o Estado e a sociedade civil participem do processo de regulação. “Não é regulação estatal, mas também não é como hoje, onde o mercado determina. O Conar é autorregulação. É importante? É. Agora, o Conar pode ou teria competência para responder pelos interesses dos pais? Não tem”.

No Congresso e em outros países

São vários os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional na tentativa de regular a relação entre a criança e a mídia. Em 2001, o então deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) protocolou o Projeto de Lei nº 5921 para estabelecer regras sobre a associação de personagens a produtos e sobre horários de veiculação dos comerciais televisivos. Um ano depois, o então relator da Comissão de Defesa do Consumidor, o deputado federal cearense Raimundo Gomes de Matos (PSDB), deu parecer favorável ao projeto. Apesar das discussões e audiências realizadas, a lei segue até hoje sem definição.

O tema é complicado porque mexe nos interesses do mercado. As crianças não estão presentes apenas nos comerciais dirigidos ao público infantil. Por influenciarem 82% do poder de compra da família, segundo estudo divulgado pelo Instituto Alana, estão estampadas também na publicidade de produtos como carros, casas e bancos. “A presença de uma criança no comercial estimula que outra crie uma relação de identidade, seja por crianças, personagens infantis, venda casada em *fast-foods*”, aponta a coordenadora do Grim. Uma das ações do Grupo é o programa de extensão TVEZ,

A Organização Mundial de Saúde criou documento recomendando a restrição de propagandas de alimentos voltados à criança; 27 países aprovaram

que discute os meios de comunicação na formação da criança e do adolescente, atuando no estímulo a iniciativas de comunicação com o público infantil e a comunidade escolar. São realizadas oficinas de leitura crítica da mídia nas escolas.

O deputado federal Raimundo Gomes de Matos acredita ser de fundamental importância a normatização de publicidade infantil por reconhecer a vulnerabilidade das crianças. “Nada mais justo do que termos normatização para não anteciparmos informações que elas não conseguem desenvolver ou absorver completamente”. Para ele, os comerciais veiculados atualmente são falhos porque não têm barreiras. “Não há limites, isso pode causar instabilidade na própria escola”.

No entanto, Gomes de Matos pondera que não basta criar leis sobre o assunto, defendendo que o governo promova e estimule a propaganda educativa para as crianças. “Se banir a propaganda, você fecha um mercado, e isso não pode, porque tem a geração de emprego e renda. Vamos ter, em paralelo, mensagens para que não haja distorções nas condutas e comportamentos da criança e do adolescente. Do que sentimos falta é que não existe, nem por parte do governo nem dos segmentos organizados do comércio, essa propaganda educativa de orientação”.

Para Raquel Fuzaro, do coletivo Infância Livre de Consumismo, a regulação é necessária para controlar inserções publicitárias em programas infantis, horários para determinados comerciais e a associação de personagens infantis a produtos. “A publicidade não deve falar com a criança. Quem efetivamente compra e paga pelos diversos produtos são os adultos. A criança deve estar livre desse tipo de pressão pelo ter, adquirir, comprar, até porque ela não tem como fazê-lo”.

A Prof^a Inês Vitorino defende a proibição da publicidade voltada à criança e a regulação da publicidade voltada ao adolescente, estabelecendo restrições. No panorama internacional, apenas Suécia, Canadá e Noruega proibiram a publicidade infantil, mas 32 países decidiram adotar normas que envolvem restrições de horários de veiculação e de conteúdos, como, por exemplo, limitação do uso de efeitos especiais ou mesmo a sugestão de que o produto custa “apenas” determinado valor quando a criança ainda não tem noção financeira.

Publicidade como fator da obesidade infantil

“Tudo o que ele via anunciado pela televisão, ele queria: queijinho que vale por um bifinho, achocolatado da Miúcha, macarrão da Patrícia, pipoca do Gatinho, biscoito do Xuxu, Coca-Cola e tudo! Acho



que ele nem sabia se era gostoso ou se era uma porcaria. Era só a mania de ir atrás do que a televisão dizia”. O trecho do livro *No tempo em que a televisão mandava no Carlinhos*, de Ruth Rocha, traduz um sentimento que os comerciais têm provocado nas crianças, contribuindo para um problema grave no Brasil: a obesidade infantil.

Reconhecendo o problema, a Organização Mundial de Saúde criou um documento para a restrição de propagandas de alimentos voltados à criança. As orientações foram aprovadas em 27 países. Algumas escolas chegaram a impedir a venda de refrigerantes na cantina, por exemplo. Enquanto isso, grupos da sociedade civil se organizam para regular especificamente a publicidade de alimentos voltados à criança, argumentando que a forma como o conteúdo é transmitido contribui para a adoção de uma alimentação inadequada.

Raquel Fuzaro avalia que a maior parte da publicidade alimentícia é de alimento não saudável. “30% das crianças entre cinco e nove anos estão com sobrepeso. A obesidade infantil é uma pandemia. E a publicidade de alimentos não saudáveis, principalmente quando associada a personagens, contribui, sim, para o aumento de crianças obesas, diabetes e hipertensão infantil”, opina. Ela defende regras mais rígidas para proteger crianças e adolescentes. “Por que a indústria de alimentos não saudáveis (ricos em açúcar, sal e gordura) pode vincular seus produtos a personagens infantis?”

A publicitária Cristiane Mezzari defende a proibição da venda casada de personagens infantis e brindes a alimentos em *fast-foods*. “Essas propagandas que levam ao consumo de alimentos que dizem substituir outros só promovem a alta ingestão de açúcar e, consequentemente, levam à obesidade”, considera.

Florianópolis é a primeira cidade brasileira a contar com uma proibição desse tipo. A Lei Municipal nº 8.985, que entrou em vigor este ano, proíbe as lanchonetes de *fast-foods* de comercializarem produtos com brindes voltados para as crianças.

Classificação indicativa: a polêmica de “Ted”

O ursinho Ted ganha vida por um desejo de John Bennett ainda na infância. Os anos passam, e Ted permanece vivo na fase adulta de seu dono. A narrativa do filme “Ted” é construída na relação entre o brinquedo e seu dono na fase adulta. A classificação indicativa fixada em 16 anos alerta: o conteúdo é inadequado para crianças. No entanto, após o deputado federal Protógenes Queiroz (PCdoB-SP) levar seu filho de 11 anos ao cinema para assistir ao filme, levantou-se a polêmica no Brasil. O problema está na sinopse, no processo de classificação indicativa ou na falta de atenção dos pais?

Métodos de regulamentação do horário e conteúdo da publicidade televisiva dirigida às crianças

Tipo de restrição



Horário

Forma de restrição

Proibir a interrupção de programas infantis de televisão com publicidade.

Limitar a quantidade de tempo durante a programação infantil que pode ser dedicada à publicidade.

Proibir publicidade por um período antes e depois dos programas infantis.

Proibir toda a publicidade dirigida a crianças na televisão.



Conteúdo

Proibir publicidade para crianças que contenha oferta direta.

Proibir o uso de crianças na publicidade.

Proibir o uso de figuras, desenhos e personalidades que aparecem nos programas infantis na publicidade para crianças.

Proibir a publicidade para crianças de determinadas categorias de produtos.

FORTE: MARKETING DE ALIMENTOS PARA CRIANÇAS: O CENÁRIO GLOBAL DAS REGULAMENTAÇÕES / ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; TRADUÇÃO DE GLADYS QUEVEDO CAMARGO. BRASÍLIA: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2006.

“A classificação estava sinalizada corretamente para a idade de 16 anos. Não é porque há um personagem de desenho que é para a criança”, aponta Inês Vitorino, que realizou pós-doutorado sobre políticas de comunicação para proteção da criança, na Universidade do Québec, no Canadá. Em breve, será publicada pesquisa sobre o monitoramento da programação infantil da TV Brasil, observando os critérios de qualidade no campo audiovisual. O projeto é resultado de cooperação entre a UFC e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A coordenadora do Grim cita desenhos animados direcionados ao público adulto, como “Os Simpsons” e “Family Guy”, este do mesmo diretor do filme “Ted”. “Há uma falta de entendimento dos pais, que acham que, pela linguagem ou pelos personagens, aquilo vai ser algo inofensivo. Mas a classificação está lá justamente para dizer que tem problemas ali. No caso do filho do deputado, o pai errou, mas é levado a esse erro muito provavelmente pela falta de informação na sociedade”.

Inês Vitorino afirma que a classificação indicativa é política muito recente no País, acrescentando que os critérios brasileiros seguem os internacionais, com uma ampliação positiva. “Os critérios internacionais são centrados no que preocupa a sociedade em relação à exposição dos conteúdos. Há a exposição ao sexo, à vio-

lência, às drogas. Mas aqui há a ampliação do conceito de violência. No manual, a violência é também simbólica”. Dessa forma, quando o conteúdo cria um imperativo de que as crianças precisam se enquadrar a um determinado padrão para serem aceitas na sociedade, por exemplo, é considerado violência simbólica. “Agora, a classificação indica a inadequação, mas é o pai e a mãe, juntos com seu filho, que vão manter essa seleção de programas”.



Conteúdo Extra

Cartilha “Consumismo infantil: na contramão da sustentabilidade”: is.gd/jr6Tcb

Projeto Internet Segura, com cartilhas que orientam pais, professores e crianças sobre o convívio com as mídias eletrônicas: is.gd/jR06mv

Documentário “Criança, a Alma do Negócio”, produzido pelo Instituto Alana: is.gd/ZudRRJ

Coletivo Infância Livre do Consumismo: <http://infancialivredeconsumismo.com>

Manual da nova Classificação Indicativa, produzido pelo Ministério da Justiça e ANDI: is.gd/OQNUQK



A multiplicação da arte e do saber

Após cinco edições, Festival UFC de Cultura expande seu legado para além das atividades de arte e conhecimento

por Beatriz Jucá

Ninguém consegue descrever exatamente o que acontece, mas todos sentem algo invisível se multiplicar nos palcos, museus, auditórios e salas de aula. Essa sensação começou a se espalhar um pouco antes, mas só agora os personagens das mais diversas histórias e categorias se permitiram misturar os espaços para ocupar o novo. Trocaram os papéis porque não basta mostrar o que se faz; é possível – e preciso – viver um pouco da atividade do outro. Deixar que o escambo se revele naturalmente no bur-

burinho que perpassa músicos, artistas, pesquisadores e estudantes, na permuta de arte e conhecimento que dá vida ao Festival UFC de Cultura.

Nos últimos quatro anos, o evento passou pelas africanidades, desvelou traços da cultura nordestina e da vida no sertão, mergulhou nos movimentos políticos e sociais de 1968 e desvendou identidades da América Latina. Neste ano, a quinta edição iluminou períodos de intensa expressão artística, passeando pela Padaria Espiritual e pela Semana de Arte Moderna para reve-

lar semelhanças e singularidades de dois movimentos que, separados por 30 anos e diferentes contextos, marcaram as artes cearense e brasileira. O tema “Pão, Modernismo e outras revoluções da arte brasileira” reuniu 20.396 pessoas em seminários acadêmicos, oficinas, shows, lançamentos de livros, exposições e mostras de cinema de 15 a 19 de outubro.

Abrigando as mais diversas linguagens e abrindo os olhos dos participantes para novas perspectivas a cada ano, o Festival UFC de Cultura vai ficando em muitos dos



MAUC recebeu exposição de grafite. Professores Sânzio de Azevedo e Gilmar de Carvalho em conferência. Oficina de customização atraiu muitos participantes

Cerca de 20 mil pessoas formaram o público das apresentações musicais durante os cinco dias do V Festival UFC de Cultura

que passam por ele. Naiana Gomes descobriu na atuação como bolsista a possibilidade de se tornar produtora cultural. Estudante de Comunicação, ela ganhou bolsa para participar do evento no ano passado e, agora, voltou como produtora. “Depois que participei do Festival, comecei a trabalhar na Via de Comunicação, uma produtora, fazendo o Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga (CE). Quando tem algum evento, pela experiência que adquiri, faço a produção”, conta. Além de Naiana Gomes, Paulo Mamede destaca que muitos produtores foram revelados nos últimos cinco anos do evento. “Ou seja, também estamos formando pessoas”.

Para Naiana Gomes, o Festival UFC de Cultura é oportunidade interessante para a formação dos bolsistas e também para a formação dos demais alunos através das oficinas e dos seminários. “É uma experi-

ência intensa e de qualidade, mas de pouca abrangência”, refere-se ao trabalho e à quantidade de vagas disponíveis para bolsistas no Festival. Neste ano, foram 25 bolsistas de graduação selecionados para atuar no evento. Sobre as oficinas e seminários, Naiana considera interessante a participação da comunidade acadêmica na sugestão dos temas, porém acredita que falta um trabalho melhor de formação de plateia para ampliar a participação. “Às vezes as pessoas deixam de ir por falta de informação”, acredita. Além disso, defende que a Universidade precisa integrar melhor os cursos para que os estudantes participem.

Escambo de arte e conhecimento

O Festival UFC de Cultura se consolidou na agenda cultural cearense por incentivar a troca de informação e experiência entre pesquisadores, artistas, estudantes e grandes nomes da cultura nacional e internacional. “A arte é o que nos une. Une o estudante de Medicina ou de Química ao de Comunicação, de Matemática e de História. A arte perpassa tudo isso. Une alunos aos servidores”, diz o coordenador do Festival, jornalista Paulo Mamede. Segundo ele, o evento representa uma espécie de apoteose de tudo o que é produzido pela Universidade, por isso oferece espaço para linguagens múltiplas. Diante disso, ain-

da considera um desafio estimular maior envolvimento de toda a comunidade acadêmica na construção do evento. “É a Universidade mostrar o que produz e receber influências dos setores populares que estão fora dela e também de grandes nomes que produzem ciência e cultura”, explica. Esse espírito pôde ser percebido facilmente nos shows realizados nos palcos da Concha Acústica da Reitoria e da Praça Verde do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, que abrigou os shows de encerramento do Festival. Cerca de 20.000 pessoas formaram o público das apresentações musicais durante os cinco dias do evento.

Na programação da Mostra de Bandas Universitárias, a banda Astronauta Marinho decidiu participar, neste ano pela primeira vez, do Festival UFC de Cultura por acreditar que o público em potencial está no contexto universitário. A surpresa veio primeiro com a receptividade do público e, logo em seguida, com o reconhecimento de integrantes da banda da cantora Margareth Menezes, uma das atrações nacionais do evento. “O legal é você ver na reação das pessoas que elas estão passando pelo processo de conhecer algo novo. O próprio pessoal da Margareth Menezes disse que não esperava ver algo assim. Então é gratificante pra gente”, diz o baterista Guilherme Alvez. Para ele, um festival como esse



aparece como espaço para que as pessoas consumam música de qualidade. “Está abrindo gratuitamente para as pessoas verem projetos locais com qualidade de som e estrutura muito interessante”, avalia.

Guilherme vê necessidade de melhorar a divulgação do evento, mas acredita que participar do Festival deu um retorno também em relação à consolidação do que a banda Astronauta Marinho tem feito musicalmente. “Todo show legal que a gente faz é um estímulo, e tudo é um aprendizado. Está todo mundo consciente do que quer com a banda, e fazer show para muita gente é uma realização. Sem olhar para o lado romântico, mas mostra que está dando certo”.

A banda Comparsas da Vivenda fez o primeiro show no Festival UFC de Cultura e hoje já contabiliza três edições. “A gente nem existia direito como banda ainda”, lembra o vocalista Caio Castelo. Ele diz que, nos últimos três anos, a banda ficou conhecida e o Festival também evoluiu. “Essa evolução é uma tendência natural, tanto de estrutura quanto de organização. Mas ainda tem bastante coisa pra melhorar. Tem desafios para continuar nessa evolução. O Festival foi o nosso começo, o nosso primeiro show. Lá é muita gente e novas pessoas no mesmo palco. É uma chance de conhecer o pessoal do meio, e isso é bem legal”.

O escambo não acontece apenas na mú-

Pela primeira vez, o Museu de Arte da UFC recebeu exposição de grafite, produzida pelo Coletivo Grafite CE, formado por 174 grafiteiros do Estado, sendo 26 mulheres

sica, mas também se multiplica na arte que se espalha nas ruas da cidade e que também encontra espaço no Museu de Arte da UFC (MAUC). A exposição “Ocupação – O grafite no MAUC” fez com que integrantes do Coletivo Grafite CE se inspirassem para transformar a Padaria Espiritual e a Semana de 1922 em cores. “Entrar no museu é um grande reconhecimento, é o ultimo estágio para o grafiteiro mostrar à sociedade que o grafite é arte e não vandalismo. Hoje estamos nos museus, nas TVs, nas novelas, nos comerciais. Mas estar em um grande festival é um reconhecimento da nossa arte”, declara David Favela, do Coletivo.

A repercussão durante o evento prolon-

gou a exposição, que, em vez de terminar em outubro, agora se estende até dezembro. “Tinha gente que nem sabia que isso existia no Ceará, e a exposição mostrou que existem grafiteiros que fazem esse trabalho para a inclusão social na periferia. Deu uma fortalecida gigante, e estamos sendo procurados por pessoas que querem nos conhecer”, conta David. O Coletivo Grafite CE acolhe 174 grafiteiros, sendo 26 mulheres, interessados em levar cor para transformar os ambientes cinzas da cidade.

Neste ano, o evento também abrigou a primeira edição do Festival Nacional Universitário de Danças Populares, que reuniu grupos de dança popular e tradicional do Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A programação incluiu oficinas, apresentações e rodas de conversa com os grupos participantes. Esse intercâmbio cultural foi promovido pelo Grupo de Dança Popular Oré Anacã e pelo Instituto de Educação Física e Esportes da UFC (Iefes).

Outra novidade deste ano foi a realização do I Concurso Universitário Festival UFC de Cultura – Novos Talentos em Fotografia, que recebeu mais de 80 fotografias para as categorias Imagem Individual e Ensaio. Jurada do concurso, a editora adjunta do Núcleo de Imagem do Jornal “O Povo”, Iana Soares, acredita que a inclusão da linguagem fotográfica no evento dialoga com uma força que está escolhendo a fotografia como expressão



Entre as atrações que animaram o público do V Festival UFC de Cultura, estiveram (no sentido horário): a cantora carioca *Silvia Machete*, os pernambucanos da *Academia da Berlinda*, os mineiros *Lô Borges* e *Flávio Venturini*, o cantor e compositor paulistano *Araldo Antunes*, o *Balé da EDISCA*, que apresentou “Sagrada”, o violonista cearense *Manassés* e a banda universitária *Astronauta Marinho*, que tocou pela primeira vez no evento

para além da memória, como discurso e comunicação com o mundo. “Privilegiamos fotografias em que existiam intenções, em que as marcas do autor existiam mais fortes. A gente valorizou coisas que ultrapassassem o apertar o botão, em que houvesse uma consciência no ato de fotografar”.

Um dos vencedores do concurso, na categoria Imagem Individual, foi Davi Teixeira, do curso de Publicidade e Propaganda da UFC. Ele diz ter sentido o critério do conceito por trás da imagem. Para Davi, a iniciativa aparece para valorizar a fotografia, mas pondera que é preciso planejar melhor a exposição do material. “Eu senti que as fotos eram bonitas, mas podem ser mais bem expostas”, comenta. Iana Soares reconhece que a forma como as imagens são apresentadas no Festival pode ser melhora-

da. “Pode ser em uma mesa, no celular, com projeções. É importante ter alguém para pensar melhor a ambientação. A forma como você apresenta também é importante. A gente leva o ato fotográfico pro antes, pro durante e pro depois”, acredita.

Constante aperfeiçoamento

O coordenador do Festival, Paulo Mamede, reconhece que houve problema com o seminário acadêmico deste ano porque os alunos não foram liberados das aulas. Porém, ele acredita que não se pode comparar o evento deste ano com as edições anteriores, em razão das circunstâncias problemáticas do calendário acadêmico. “Fizemos um festival fora dos Encontros Universitários, em aula. Devido à greve, o evento se deu na segunda semana de aula, após um feriado prolongado. Mesmo assim a participação foi boa”, avalia. Ele reconhece ser preciso melhorar vários aspectos nos próximos anos, inclusive na questão do financiamento do evento.

“Temos problemas com as fontes financiadoras. Geralmente o Festival ocorre com recursos ainda não alocados. Mas a maioria dos nossos parceiros são entes públicos, e precisamos ter compreensão da dinâmica deles”, afirma. Conforme Mamede, a ideia é conversar com os parceiros para ampliar a proximidade e mostrar o que o evento representa hoje para o Estado. “Mas, pela primeira vez, uma empresa privada de fora do

Ceará apoiou o Festival, a Consul”, ressalta.

Ainda não há tema para a próxima edição do Festival, mas já foram apresentadas ideias que vão desde a influência de países ibéricos na cultura brasileira até o mergulho mais aprofundado na arte local. Essa definição, segundo Mamede, precisa vir da comunidade acadêmica, da interação com o público através da Internet, do sentimento de pertença de alunos, professores e pesquisadores ao evento. “O Festival é o momento maior de nossas expressões. É o momento em que a Universidade se volta para a reflexão, para a contemplação. É muito importante aliar cultura com ciência, com tecnologia e com o fazer acadêmico. É um desafio. O Festival é uma data, mas precisa passar a Universidade durante todo o ano para se tornar uma apoteose”.

O V Festival UFC de Cultura foi uma realização da Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional da Universidade Federal do Ceará, em parceria com a Sociedade Cearense de Jornalismo Científico e Cultural e o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede). Teve patrocínio do Banco do Brasil e da Consul, apoio cultural do Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura (Secult), e apoio da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), Assembleia Legislativa do Ceará, Câmara Municipal de Fortaleza, Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFC) e Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Outra novidade deste ano foi o I Concurso Universitário de Novos Talentos em Fotografia, que recebeu mais de 80 fotografias para as categorias Imagem individual e Ensaio

O bóson de Higgs

Ele não representa o fim de uma teoria, mas um passo na busca por outra mais completa

O anúncio da descoberta do bóson de Higgs atraiu o imaginário popular por se anunciar o sucesso de um dos maiores experimentos já projetados e executados pela humanidade para comprovar as previsões do chamado *modelo padrão*, considerada a mais completa teoria já elaborada pela Física. Apesar de não oferecer impacto sobre os problemas cotidianos que o homem experimenta, essa descoberta responde parte da insaciável curiosidade que temos em desvendar os mistérios do universo e suas leis. O bóson de Higgs é a peça que faltava em um quebra-cabeça.

É bem estabelecido na Física moderna que a natureza é governada por quatro forças fundamentais, e tudo o que se conhece de fenômenos físicos é descrito em termos dessas forças, que possuem intensidade e alcance bastante diferenciados. Em ordem decrescente de intensidade, temos: a força nuclear forte, a força eletromagnética, a força nuclear fraca e a força gravitacional. As forças eletromagnética e gravitacional são peculiares: possuem alcance infinito e é por essa razão que a Terra gira em torno do Sol sob a influência da força gravitacional, mesmo estando estes dois corpos celestes separados por 150 milhões de quilômetros.

A força eletromagnética (responsável por manter os elétrons ligados aos átomos) é mais intensa que a força gravitacional (a mais fraca de todas) por um fator de 1038. As forças nucleares, por sua vez, têm alcance muito curto e atuam em distâncias inferiores às dimensões do núcleo dos átomos. A força nuclear forte, responsável por manter o núcleo dos átomos estável, tem o alcance de 10^{-15} m (0,000000000000001 m). Já a força nuclear fraca tem alcance ainda menor, da ordem de 10^{-18} m, ou seja, 1.000 vezes menor do que o alcance da força nuclear forte – o papel da força nuclear fraca é manter a coesão das partículas subatômicas, tais como os prótons e nêutrons, que são formados por subpartículas chamadas de *quarks*.

Como dito anteriormente, a teoria mais celebrada na Física atualmente é a do modelo padrão, que descreve três forças fundamentais – exceto a gravitacional – de maneira unificada. Ela aborda quais partículas elementares formam a matéria (*férmions*) e como elas inte-

A descoberta responde parte da insaciável curiosidade que temos em desvendar os mistérios do universo

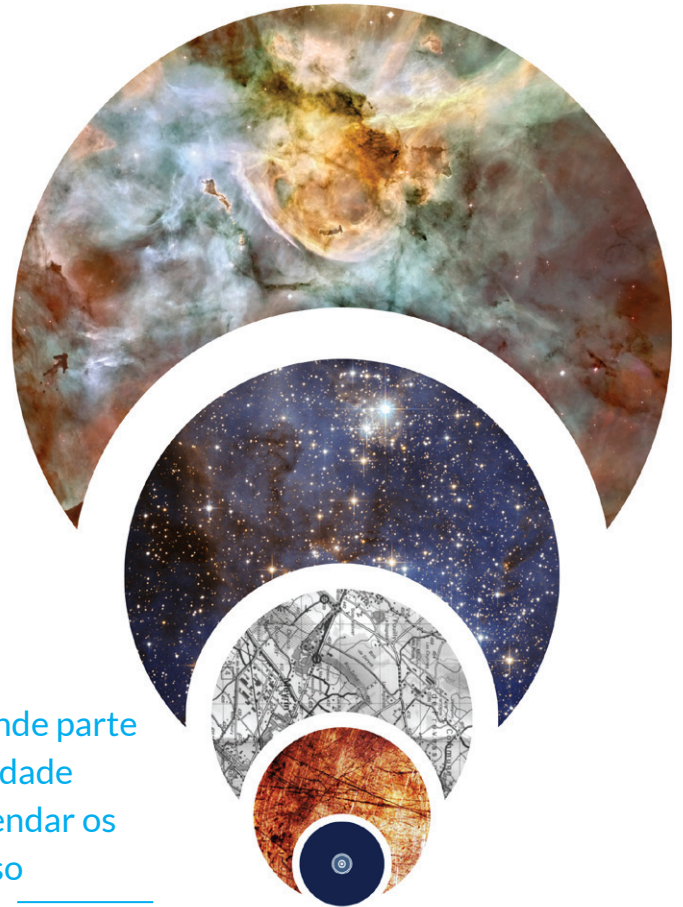
ragem entre si (*bósons*). Para cada uma das interações entre *férmions* (os *quarks* que formam os prótons e os nêutrons e o elétron são exemplos) existe um tipo de *bóson* que é o *transmissor da força*: o *fóton* é o bóson responsável pela interação eletromagnética (a atração entre um próton e um elétron); o *glúon* é responsável pela força nuclear forte mediando a interação entre os *quarks* que mantêm o núcleo atômico coeso; os *bósons W* (W^+ e W^-) e *Z* são responsáveis pela força nuclear fraca mediando a interação entre os *prótons* e *nêutrons*.

Mas, como surgiu o bóson de Higgs? Segundo o modelo padrão, as partículas surgem com massa zero se comportando como fótons, ou seja, viajam com a velocidade da luz, e nunca são observadas em repouso. Mas isso gerou um problema porque, se assim fosse, não seria possível ter os átomos da forma que conhecemos, pois estes são medidos em repouso. Aqui entra a contribuição do físico escocês Peter Higgs, que postulou o chamado campo de Higgs. Sua proposta é que esse campo deve interagir de forma diferente com cada uma das subpartículas, gerando a massa e, portanto, possibilitando a existência dos átomos. Devemos lembrar que, segundo a Física atual, a massa (m) e a energia (E) estão relacionadas entre si pela famosa equação $E=mc^2$, onde c é a velocidade da luz no vácuo. O fóton não interage com o campo de Higgs e por isso não tem massa. Já o elétron interage com o campo de Higgs e adquire massa. Como provar a existência desse campo? Uma forma indireta é através do surgimento de partículas em uma colisão de

prótons acelerados a uma velocidade próxima à da luz. Entre as partículas resultantes desse esmagamento de prótons pode estar o bóson de Higgs – e, pelo que tudo indica, parece ter finalmente mostrado a face nos experimentos realizados no acelerador do CERN (Centro Europeu de Pesquisa Nuclear). A teoria propõe que o bóson de Higgs se decompõe em cinco pares de subpartículas, envolvendo os bósons *W* e *Z*, fótons e os *quarks bottom* e *tau*. Nos experimentos recentes, foram observados cinco decaimentos conforme previsto, mas em termos quantitativos os resultados ainda mostram inconsistências com a previsão teórica: os valores medidos só estão de acordo com o esperado para as observações dos bósons *W* e *Z*, enquanto os demais possuem valores diferentes daqueles previstos pelo modelo padrão. Essa diferença pode ter como causa apenas a estatística utilizada para obter os dados, e a realização de novos experimentos irá, em um futuro próximo, dirimir essa questão.

É preciso lembrar que a observação do bóson de Higgs não representa o fim de uma teoria, mas um importante passo na busca por outra mais completa, já que o modelo padrão somente dá conta de descrever 4% do universo. O restante desconhecido fica dividido entre energia e matéria escura, e os físicos ainda terão longa jornada para desvendar, na totalidade, os mistérios do universo.

Antonio Gomes é professor adjunto do Departamento de Física da UFC, onde atua na área de Física da Matéria Condensada com ênfase em nanociência e nanotecnologia.



Todo domingo, 12h30min, na **TVC**, Alicianne Gonçalves, Rute de Alencar e Lia Aderaldo levam a você o **Programa UFCTV**. Através de ensino, pesquisa, extensão, cultura, esporte e muito mais, a UFC é apresentada de um jeito diferente. *Reprise* às **terças**, 19h30min. Assista também no portal www.ufc.br e no nosso canal no **Youtube**, na hora em que você quiser.



@ProgramaUFCTV



Programa UFCTV



Programa UFCTV



a Universidade
passa aqui



Integração com as redes sociais

Melhor navegabilidade e conteúdo acessível

Organização e layout responsivos

Manual de Identidade Institucional disponível para download

Acesso fácil aos veículos de comunicação institucionais: UP, J.U, UFCTV etc.

A UFC de cara e conteúdo novos na Internet

Um dos principais veículos de comunicação da Universidade, o portal da UFC mudou para melhor atender às necessidades de informação e de interação com a sociedade. Melhorias no *layout*, na exposição de conteúdo, na navegabilidade, no acesso de dados e na oferta de serviços buscam aproximar ainda mais academia e comunidade externa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



www.ufc.br